

A Educação Sexual a partir da Perspectiva de Professores/as do Ensino Fundamental II

Ana Carolina Furtado Silva

Brasília - DF
Dezembro de 2024



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

A Educação Sexual a partir da Perspectiva de Professores/as do Ensino Fundamental II

Ana Carolina Furtado Silva

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES) do Centro Universitário de Brasília (CEUB) como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia.
Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

Dezembro de 2024

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus e à Nossa Senhora, que me sustentaram e guiaram com sua infinita misericórdia ao longo de toda essa jornada. Sem sua proteção e bênçãos, nada disso teria sido possível. A ele, toda a honra e glória, por iluminar meus passos e me conduzir em cada desafio.

Aos meus pais e irmão, meu eterno agradecimento. Suas vidas, repletas de sacrifícios e dedicação, foram a base sólida sobre a qual construí minha trajetória. Mesmo diante das dificuldades que enfrentaram, sempre se empenharam com amor incondicional para me proporcionar oportunidades e me permitir sonhar. Eu sou o reflexo de seu trabalho árduo e de sua fé em meu potencial.

A minha querida amiga, que com sua amizade e apoio constantes, iluminou meu caminho desde o primeiro semestre. Sua presença foi um verdadeiro farol nos momentos de incerteza. Em especial, à minha amada Isabela, sua fé em mim, seu incentivo e amor foram fontes de força que me impulsionam a seguir adiante, mesmo nas horas mais difíceis. A você, minha gratidão eterna por caminhar ao meu lado com tanta generosidade e carinho.

Finalmente, meu agradecimento mais sincero à minha orientadora. Sua orientação, paciência e comprometimento foram fundamentais para realização deste trabalho. Agradeço por sua confiança em meu potencial e por sua habilidade de conduzir com sabedoria e clareza. A sua expertise e seu exemplo de dedicação à educação foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Mais do que isso, a senhora me ensinou a importância de construir uma cultura de paz, pautada em relações éticas e justas, que promova uma sociedade inclusiva e igualitária. A todos vocês, meu eterno reconhecimento e gratidão. Levo em meu coração a certeza de que, sem suas presenças e contribuições, minha caminhada não teria sido tão rica e significativa.

“A todo momento estamos educando sexualmente as crianças, quer queiramos ou não. Seja por meio de falas ou comportamentos, passamos a elas uma visão positiva ou negativa da sexualidade”.

(Leiliane Rocha)

Sumário

Resumo.....	v
Introdução.....	1
Objetivo Geral.....	7
Objetivos Específicos.....	7
1. Adolescência, sexualidade e educação sexual.....	8
2. Contextualizando a educação sexual nas instituições de ensino brasileiras	12
3. Educação sexual no referencial curricular	18
4. Metodologia.....	24
4.1 Participantes.....	25
4.2 Materiais e Instrumentos.....	26
4.3 Procedimentos de construção de informações.....	26
4.4 Procedimentos de análise.....	27
5. Resultados e Discussão.....	30
5.1 A percepção dos/as professores/as sobre a educação sexual no Ensino Fundamental II	30
5.2 A educação sexual no contexto escolar: o papel dos/as professores/as em discussão.....	36
5.3 Complexidades e desafios da educação sexual nas instituições de ensino.....	43
Considerações Finais.....	50
Referências Bibliográficas.....	53
ANEXOS	60
Anexo A: Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.....	61
Anexo B: Roteiro de Entrevista.....	64
Anexo C: Parecer do CEP CEUB.....	66

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, a partir da perspectiva de professores/as que atuam no Ensino Fundamental II, os impactos da educação sexual na formação integral dos/as estudantes. A metodologia adotada foi qualitativa. De forma mais específica, foram realizadas quatro entrevistas individuais semiestruturadas, no formato on-line (Google Meet), com docentes que atuam neste nível educacional. Para nortear o trabalho interpretativo, foi utilizado o método de análise de conteúdo em sua vertente temática. Após a transcrição das entrevistas, as categorias analíticas temáticas foram construídas. Os resultados revelaram que a educação sexual ainda enfrenta barreiras no ambiente escolar e fora dele, relacionadas a preconceitos, como o sexismo, influências sociais e tabus. Embora o ambiente escolar seja considerado um espaço plural e essencial para a formação de cidadãos/ãs conscientes e reflexivos, a pesquisa identificou lacunas nas práticas pedagógicas e na formação dos/as professores/as. Para que a educação sexual cumpra seu papel é imprescindível que seja fundamentada em princípios que respeitem as diversidades e o momento do desenvolvimento psicológico de cada aluno/a. No entanto, as barreiras socioculturais ainda dificultam sua efetiva implementação. Nesse contexto, a pesquisa destaca a urgência de melhorias na formação inicial e continuada dos/as professores/as, além de uma revisão curricular nos cursos de licenciatura, de modo a garantir a inclusão adequada da temática da educação sexual na formação docente.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade; Ensino Fundamental II

Introdução

No atual cenário brasileiro, caracterizado pela incidência da violação dos direitos das crianças e dos/as adolescentes, como casos de violência sexual e a propagação de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), torna-se essencial uma análise mais aprofundada sobre os significados atribuídos à educação sexual no contexto escolar, visto que as escolas são instituições sociais de fundamental importância na formação, proteção, orientação e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (Santos, 2021). A discussão sobre temas como gênero, sexualidade e diversidade deve ser vista como uma oportunidade para transformar a realidade dos/as estudantes, fomentando a construção de relações marcadas pela autonomia, responsabilidade e prazer no que se refere ao corpo e à sexualidade (Madureira et al., 2018).

Diante desse contexto, esta pesquisa focaliza a seguinte temática: “ Educação sexual na perspectiva de professores/as do ensino fundamental II”. O objetivo é explorar como os/as profissionais percebem e entendem a educação sexual em suas práticas pedagógicas, e como essas percepções influenciam a implementação e tratamento do tema no ambiente escolar. A investigação tem dois eixos principais: primeiro, busca-se compreender quais são as concepções e crenças predominantes entre os/as docentes em relação à educação sexual. No segundo eixo, a pesquisa visa identificar os impactos dessa educação na formação integral dos/as alunos/as, a partir dos relatos dos/as docentes.

Este estudo possui relevância tanto no contexto científico quanto social. De acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o Brasil apresenta um alto índice de violência contra crianças e adolescentes ao longo dos anos. Entre 2011 e 2017, 184.524 casos de agressão sexual foram registrados em todo o país. Dentre essas situações, 58.037 foram destinadas a crianças e 83.068 a adolescentes. Destaca-se que 40.154

casos, o que representa 69,2%, ocorreram no ambiente doméstico das vítimas. Essas informações sublinham a importância da escola como um instrumento para a proteção, promoção da saúde e bem-estar multidimensional dos alunos (Pereira et al., 2020).

No entanto, o tratamento da educação sexual nas escolas encontra vários obstáculos. Entre outras coisas, é notável o foco constante nos aspectos biológicos dos temas relacionados à sexualidade, que são comumente abordados no contexto da matéria de ciências. Vários autores, incluindo Carrara et al. (2009) e Oliveira e Barbosa (2024), advertem que essa visão simplificada, centrada em aspectos puramente anatômicos e fisiológicos, pode dificultar um entendimento mais completo e contextual da sexualidade e dos problemas de gênero.

Madureira e Branco (2015) conduziram um estudo em sete escolas públicas de ensino fundamental II localizadas no Distrito Federal. O estudo foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira, foi aplicado um questionário a 122 professores/as dessas escolas. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com dez professores/as de duas escolas selecionadas, entre as sete escolas que contribuíram com a pesquisa na primeira etapa, e quatro sessões de grupo focal em cada uma dessas escolas com os/as professores/as entrevistados/as, totalizando oito sessões de grupo focal.

Os resultados dessa pesquisa revelaram que as escolas, frequentemente, silenciam sobre a sexualidade humana devido à reprodução de discursos presentes na sociedade e à falta de apoio institucional aos/as professores/as interessados/as em abordar o tema em sala de aula. Essa omissão, muitas vezes, ocorre devido à resistência das famílias e da própria escola. Essa postura institucional dificulta que os/as professores/as tratem adequadamente das questões de gênero e sexualidade, limitando-se, frequentemente, ao modelo biomédico ou às suas opiniões sobre a temática, atravessada por suas vivências pessoais. Consequentemente, no ambiente escolar, as dimensões afetivas, relacionais, históricas e culturais da sexualidade

são, frequentemente, negligenciadas, resultando em uma abordagem focada apenas nos aspectos biológicos do corpo, criando um ambiente escolar propenso à reprodução de preconceitos e à exclusão (Madureira & Branco, 2015).

Além dessas restrições, a educação sexual tem sido tema de debates acalorados no Brasil ao longo dos anos. O projeto "Escola sem Homofobia", lançado pelo Ministério da Educação em 2011, tinha como objetivo fomentar uma educação inclusiva e respeitosa em relação à diversidade sexual e de gênero, através de mudanças no currículo e nas atividades escolares (Rodrigues & Silva, 2020). Contudo, o projeto foi classificado como "kit gay" por segmentos conservadores da nossa sociedade e por políticos que se opunham à proposta, provocando grande polêmica e oposição. Esta polarização, que espelha os conflitos entre visões conservadoras e progressistas, destaca a importância de uma perspectiva crítica sobre a educação sexual para estabelecer um ambiente escolar mais receptivo e seguro para todos os alunos.

Essas discussões evidenciam como a sexualidade permeia o ambiente escolar de forma transversal, influenciada por fatores sociais, culturais e políticos. Segundo Moreira e Câmara (2013) compreender o que constitui a educação sexual é um desafio, integrando as complexidades, distorções e estereótipos que cercam esse tema, além dos tabus historicamente perpetuados. Apesar dessas questões, a escola desempenha um papel inegável na formação dos/as estudantes, não apenas no ensino acadêmico, mas socialmente, ela se torna um ambiente diverso e heterogêneo, essencial para promoção da inclusão, da diversidade e do respeito às diferenças, desempenhando um papel central na formação social dos estudantes.

Um relatório internacional da UNESCO¹, publicado em 2018 ressalta os efeitos positivos da educação sexual nas escolas, reconhecendo que discussões sobre sexualidade e

¹ Unesco (2018). *International technical guidance on sexuality education* (2a ed. revisada). Paris. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260770>

gênero contribuem para uma educação baseada na equidade de direitos entre diferentes identidades sexuais e de gênero. Nesse contexto, destaca-se a importância de que a legislação brasileira e os planos de educação incorporem, efetivamente, a educação sexual no contexto escolar. Além disso, foi evidenciado que integrar a educação sexual pode capacitar os/as estudantes/as a compreenderem melhor seus corpos e o processo de desenvolvimento pessoal.

Nesse sentido, relatórios como este enfatizam que a educação sexual deve ser abrangente, cobrindo os diversos aspectos multidimensionais da sexualidade, visando desenvolver nos indivíduos as habilidades necessárias para lidarem com os relacionamentos sociais e sexuais de forma saudável e respeitosa, reconhecendo a importância da saúde e do bem-estar próprios e dos outros (Unesco, 2018). Dessa forma, a pesquisa que será realizada visa se aprofundar no debate sobre os discursos, representações e mudanças paradigmáticas associadas à educação sexual no contexto escolar.

Entretanto, a educação sexual é envolta por diversos tabus, nos quais os setores da nossa sociedade que apoiam um projeto de poder reacionário lutam contra uma educação que adota a perspectiva de gênero, promovendo o respeito à diversidade e igualdade. Portanto, buscam dismantelar propostas plurais, laicas, inclusivas e democráticas (Junqueira, 2022). Essa realidade também foi explicitada no estudo desenvolvido pela *Human Rights Watch*² publicado em 2022, que destaca os esforços empreendidos pelo país para restringir e, em alguns casos, criminalizar a educação sexual.

O relatório elaborado pelo *Human Rights Watch*¹ destacou que, entre o período de 2014 a 2022, foram examinadas e propostas um total de 217 medidas legislativas em níveis federal, estadual e municipal, com o intuito de proibir o uso de materiais educativos relacionados a temas que compõem à educação sexual. Cabe mencionar que esses números podem estar subnotificados, devido a dificuldades no acesso às legislações. Essa constatação

²Human Rights Watch. (2022, 12 de maio). *Brazil: Attacks on Gender and Sexuality Education*. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality>

sublinha, portanto, a necessidade, tanto em termos sociais quanto políticos, de abordar a educação sexual nas escolas, visando desmistificar o que, de fato, ela pode promover para a sociedade.

O ECA garante os direitos básicos de crianças e adolescentes, incluindo a defesa contra todas as formas de violência, atribuindo ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade de assegurar esses direitos (Brasil, 2022). A Lei no 8.080/1990, que estabelece o Sistema Único de Saúde (SUS), assegura o acesso à saúde de forma universal e equitativa, priorizando a promoção da saúde e a prevenção de enfermidades, assegurando assistência completa a crianças e adolescentes, particularmente em contextos de violência (Brasil, 1990)³.

A Lei no 14.344/2022 intensifica a defesa de menores vítimas de violência doméstica, estabelecendo uma rede unificada de assistência que abrange as áreas de saúde, assistência social, educação e segurança pública. A relevância de mobilizar todos os recursos à disposição, incluindo as instituições educacionais, para assegurar esses direitos, considerando a continuidade da violência contra essa população e as deficiências na promoção da saúde.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2023)⁴, entre 2015 e 2021, o Brasil registrou 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 2021 o ano com o maior número de notificações, indicando um aumento nas denúncias, mas também sugerindo a possibilidade de subnotificação. Nesse contexto, a educação sexual desempenha um papel importante na promoção de relacionamentos saudáveis, na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e na capacitação dos/as adolescentes para reconhecerem seus direitos, promovendo uma relação marcada pela autonomia e responsabilidade em relação ao seu corpo e sexualidade (Carvalho et al, 2019).

³Brasil. (1990). Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

⁴Brasil, Ministério da Saúde (2023). Educação sexual não estimula atividade sexual. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/3/educacao-sexual-nao-estimula-atividade-sexual#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20%C3%A9%20uma%20deturpam%20o%20sentido%20do%20termo.>

A falta de proteção adequada aos/às adolescentes em relação à saúde sexual os torna mais vulneráveis às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Conforme demonstrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense, 2015), os dados do Ministério da Saúde revelam que, entre 2007 e 2022, um total de 102.869 jovens, com idades entre 15 e 24 anos, foram diagnosticados com HIV. Portanto, é crucial que as aulas de educação sexual estejam presentes no ambiente escolar e que sejam conduzidas de forma participativa e dialógica.

De acordo com a discussão desenvolvida por Madureira e Branco (2015), defender uma escola que não discuta questões de gênero e sexualidade deslegitima a autonomia dos/as professores/as, os currículos escolares e as políticas de inclusão. Esse posicionamento marginaliza tanto os profissionais quanto os alunos/as, ao excluir debates sobre diversidade e inclusão.

Setores ultraconservadores defendem uma educação sem reflexões críticas, sem liberdade para os/as professores/as, sem diversidade de pensamento e sem práticas pedagógicas dialógicas voltadas à inclusão e à valorização da diversidade presente no contexto escolar (Paula & Branco, 2022). Nesse sentido, é fundamental que a educação sexual utilize materiais de apoio adequados, estimulando a reflexão e o debate entre os alunos/as, criando um ambiente que promova o questionamento e o pensamento crítico sobre questões historicamente construídas e profundamente enraizadas relacionadas a esse tema.

Além disso, é importante analisar o papel dos/as profissionais da educação, para compreender através de suas narrativas, perspectivas e práticas sobre a educação sexual no ambiente escolar, e a identificar os possíveis impactos para a formação integral dos/as estudantes. Entender as implicações desse trabalho é essencial para promover uma educação sexual mais inclusiva e efetiva. A pesquisa proposta visa contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca das abordagens e lacunas existentes na educação

sexual, podendo fornecer insights significativos para as práticas pedagógicas no âmbito do Ensino Fundamental II.

O presente trabalho foi estruturado da seguinte maneira. Inicialmente, três seções teóricas são apresentadas, abordando os conceitos fundamentais que sustentam a pesquisa. Na sequência, a seção metodológica descreve o processo de realização da pesquisa. Em seguida, a seção de resultados e discussão traz uma análise detalhada dos principais achados da pesquisa. Por fim, são expostas as considerações finais, encerrando a análise. A seguir, são descritos o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

Objetivo geral:

Analisar, a partir da perspectiva de professores/as que atuam no Ensino Fundamental II, os impactos da educação sexual na formação integral dos/as estudantes.

Objetivos específicos:

- Analisar o papel de professores/as no que se refere à educação sexual no contexto escolar.
- Identificar e analisar possíveis desafios enfrentados pelos/as professores/as ao abordarem questões relativas à educação sexual no Ensino Fundamental

1. Adolescência, sexualidade e educação sexual

A Organização Mundial da Saúde define a adolescência como o período de 10 a 19 anos, ao passo que a juventude compreende o período de 15 a 24 (OMS, 2018). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece adolescentes como pessoas de 12 a 18 anos, com possibilidade de extensão até os 21 anos em situações específicas (Siqueira & Marques, 2024). A passagem da infância para a adolescência é um momento crucial no desenvolvimento humano, caracterizado por alterações biopsicossociais que envolvem transformações, destacando-se como uma fase de amadurecimento e descoberta da identidade (Davim et al., 2009).

As vivências humanas, incluindo a manifestação da sexualidade, estão invariavelmente inseridas em contextos culturais estruturados, influenciados por convicções, princípios e práticas de origem histórica. Esses elementos moldam os indivíduos de várias maneiras, afetando a percepção de si mesmo, do mundo e sua subjetividade. Ao analisar as vivências e os significados sociais difundidos em uma cultura particular, destaca-se o envolvimento ativo dos indivíduos nos processos de formação de sentido, tanto em relação ao ambiente social quanto à sua identidade (Branco, 2023).

Nesse contexto, o conceito de "canalização cultural", discutido por Madureira e Branco (2005), é essencial, pois destaca o papel ativo das pessoas na atribuição de significados, considerando o ambiente social em que estão inseridas e suas relações com suas identidades individuais. Assim, a cultura configura-se como um elemento central na análise do desenvolvimento humano em sua dimensão simbólica. O desenvolvimento psicológico de cada indivíduo ocorre não apenas em contextos sociais, mas também em espaços simbólicos, como as instituições educacionais. Essas instituições oferecem um espaço privilegiado para a reflexão sobre sexualidade, gênero, etnia e religião presentes na sociedade. Além disso,

propiciam o questionamento das bases psicológicas, afetivas, culturais e históricas que sustentam os preconceitos, promovendo debates por meio do diálogo.

Madureira e Branco (2012) argumentam que, historicamente, na tentativa de disciplinar corpos e subjetividades, construiu-se uma hostilidade às diferenças, fomentando o desejo de eliminar o que era percebido como ameaça à "coesão cultural e social". No ambiente escolar, esses preconceitos frequentemente se manifestam de forma sutil, camuflados em "brincadeiras" e piadas, perpetuando ideias preconcebidas sobre determinados grupos. A desconstrução dessas ideias demanda uma reflexão crítica contínua promovida nas instituições. Durante a puberdade, os adolescentes começam a delinear formas próprias de existir no mundo, vivenciando uma ampla gama de emoções e experiências que moldam suas relações pessoais e sociais. Esse processo transcende o biológico, sendo profundamente influenciado pelo contexto sociocultural.

O corpo humano é uma criação sociocultural, marcada pelos sentidos que a sociedade lhe atribui (Bertol & Souza, 2010). Portanto, corpo e gênero são entidades vivas e mutáveis, espelhando a intersecção entre biologia e cultura (Zanello, 2018). Durante a puberdade, acontecimentos como a menarca nas meninas e a primeira ejaculação nos meninos são marcos significativos na formação da sexualidade e da autoimagem corporal. Nesta etapa, a procura por uma nova identidade, muitas vezes marcada por conflitos internos e externos, ganha destaque.

As relações familiares têm um papel ambíguo, funcionando tanto como um local de suporte quanto como uma fonte de tensões, particularmente no que diz respeito à procura por independência pelos adolescentes (Pratta & Santos, 2007). A adolescência também é um período marcante para a vivência da sexualidade. As primeiras experiências sexuais podem incluir a masturbação e o início das relações sexuais. (Domingos et al., 2021). Neste contexto, os grupos de pares adquirem relevância, uma vez que a demanda por pertença e

aceitação social é intensa. A influência desses coletivos pode direcionar decisões e atitudes, particularmente no contexto da sexualidade. Contudo, o anseio de ser aceito pelos adultos e a procura por uma liberdade idealizada podem levar a atitudes problemáticas, como a exposição excessiva da sexualidade. Nesta situação, essa exposição pode ser um esforço para afirmar a própria identidade ou alcançar status social no grupo, sem uma compreensão completa das repercussões (Dias & Rodrigues, 2009).

Devido à dificuldade de comunicação entre pais e filhos adolescentes, a função mediadora da família se torna crucial, atuando como um elo para ajudar os jovens a passar por essa etapa de forma harmoniosa e saudável. Uma atmosfera familiar que promova a descoberta da nova identidade, sem forçar mudanças drásticas nos valores e princípios adquiridos durante a infância, pode auxiliar nessa mudança (Dias & Rodrigues, 2009). Neste cenário, os valores da infância se referem às regras e lições passadas pelos pais, que, quando ajustados ou mantidos, podem proporcionar ao adolescente uma segurança emocional em sua busca pela autodescoberta.

A influência da mídia e da internet na formação da sexualidade dos adolescentes também emerge como uma questão relevante. Informações disseminadas online frequentemente estimulam a curiosidade sexual e o desejo erótico, sem que os adolescentes compreendam plenamente as consequências. Nesse contexto, uma abordagem educativa que capacite os/as adolescentes a lidarem com essas questões de maneira informada e responsável é essencial. Isso inclui promover uma compreensão crítica das mensagens culturais veiculadas pelos meios de comunicação, especialmente nas plataformas digitais (Eisenstein, 2013).

Ao tratar da educação sexual, é crucial analisar suas terminologias e significados. Termos como "informação sexual" e "instrução sexual" são frequentemente usados como sinônimos, mas autores como Furlani (2003) argumentam que o termo "educação sexual" é o

mais adequado no contexto pedagógico. Essa prática envolve não apenas a transmissão de informações, mas também a troca de experiências e conhecimentos, promovendo autonomia e uma vivência consciente da sexualidade.

No Brasil, a educação sexual ainda se depara com obstáculos culturais, sendo muitas vezes percebida como um tabu. Esta censura restringe a manifestação de incertezas e expectativas acerca do assunto, perpetuando estigmas. Assim, as escolas têm um papel crucial ao estabelecer espaços de diálogo capazes de combater preconceitos e fomentar a inclusão, particularmente no que diz respeito a identidades de gênero e sexualidade não dominantes. É crucial um ambiente educacional inclusivo e receptivo para o desenvolvimento saudável da sexualidade, fomentando um entendimento crítico das relações de poder e opressão que permeiam a sociedade (LaCasa, 2004; Martins, 2023).

2. Contextualizando a educação sexual nas instituições de ensino brasileiras

Quando o assunto da sexualidade ultrapassa os limites socioculturais e se institucionaliza no contexto escolar, é crucial a utilização de estratégias pedagógicas específicas, bem como a formação apropriada dos educadores que trabalham nesse campo. Historicamente, as ações de educação sexual nas instituições de ensino do Brasil começaram no início do século XX, concentrando-se em questões epidemiológicas. Os discursos dominantes daquele período eram fortemente repressivos, moldados por princípios morais e religiosos, além da visão higienista que estava presente nas políticas de saúde pública. No entanto, conforme as discussões políticas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos se intensificaram, o debate sobre sexualidade se ampliou. Passou a ser percebido não apenas como uma questão biológica, mas também como uma questão relacionada à saúde física e mental (Miranda & do Couto Campos, 2022).

Essa mudança de paradigma foi essencial para promover uma compreensão mais abrangente da sexualidade e sua relevância na formação do indivíduo. Embora o Brasil não tenha uma legislação específica que regule a educação sexual nas escolas, existem documentos orientadores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que guiam a inserção e prática da educação sexual nas instituições de ensino com base no respeito à diversidade. Embora não sejam leis, esses documentos fornecem as diretrizes necessárias para que os professores/as abordem a sexualidade de maneira inclusiva e pedagógica (Miranda & do Couto Campos, 2022).

Na metade da década de 1990, o currículo da educação básica começou a exigir a formação e a atuação docente em temas relacionados à sexualidade, evidenciando a necessidade de consistência e coesão nas discussões sobre o assunto. Em 1996, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consolidou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1998, que incluíram a orientação sexual como um dos temas a serem abordados de forma transversal nas escolas. Os PCN discursam que a orientação sexual pode ajudar os alunos a desenvolverem e vivenciarem sua sexualidade de maneira saudável, prazerosa e responsável, integrando as disciplinas e considerando aspectos culturais, sociais e históricos. Essa abordagem visa não apenas informar, mas também sensibilizar e formar cidadãos críticos e conscientes (Mattos, 2024).

Duas décadas após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), surgem questionamentos sobre a efetiva implementação e eficácia das práticas pedagógicas de educação sexual nas escolas. Pesquisas revelam a persistência de atitudes preconceituosas por parte de educadores em relação à sexualidade dos/as alunos/as, conforme destacado por Madureira e Branco (2015). Esse cenário reflete, em parte, a ausência de uma formação adequada dos/as professores/as, o que perpetua visões religiosas, higienistas e heteronormativas nas práticas educacionais. É importante discutir as razões que sustentam essas atitudes e como elas são moldadas por contextos culturais e históricos que permeiam o sistema educacional. As questões de preconceito e discriminação que ainda se observam nas escolas apontam para um desafio de superação de perspectivas tradicionais que não incorporam adequadamente as diversidades identitárias e sexuais presentes no contexto contemporâneo.

A escola, enquanto instituição social, configura-se como um espaço de interação diária entre diversos grupos de indivíduos, incluindo estudantes, professores/as, gestores/as, pais, funcionários/as administrativos/as e equipes de limpeza, entre outros. Nesse ambiente plural, que abriga uma multiplicidade de papéis e funções, diferentes perspectivas, origens e experiências se entrelaçam, criando um terreno fértil para a construção de uma cultura inclusiva e respeitosa. Assim, o desafio da escola contemporânea não se limita apenas à

transmissão de conhecimentos formais, mas também à formação de sujeitos críticos e colaborativos, capazes de interagir de maneira empática e solidária. Esse processo é essencial para a construção de um senso de coletividade e pertencimento, que favorece o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo e mais humanizado (Andrada et al., 2019).

O ambiente escolar desempenha um papel central na formação de crianças e adolescentes dentro das sociedades contemporâneas letradas, conforme destacam Madureira, Barreto e Paula (2018). A escola, ao ser um espaço de aprendizado e convivência, deve ser um local de curiosidade e descobertas, onde as questões relativas à sexualidade não podem ser ignoradas. Ao contrário, é essencial que ela ofereça um espaço seguro e aberto para discussões sobre o tema, fundamentadas em conhecimentos científicos e abordagens críticas. Isso implica criar condições para que estudantes possam discutir suas dúvidas, medos e conflitos sem a presença de julgamentos ou preconceitos, promovendo um ambiente de acolhimento.

Embora a responsabilidade pela educação não seja exclusiva das escolas, elas possuem recursos pedagógicos necessários para lidar com temas como a sexualidade de forma sistemática, permitindo aos/as alunos/as refletir criticamente sobre esses aspectos e, assim, contribuir para o seu desenvolvimento integral (LaCasa, 2004). No entanto, essa abordagem ainda enfrenta desafios, como a persistência de um modelo educacional que, muitas vezes, falha em oferecer discussões abertas e fundamentadas, um ambiente que, frequentemente, acaba por fomentar visões dogmáticas que, de certa forma, reforçam a ideia de uma "neutralidade pedagógica". Como apontam Madureira, Barreto e Paula (2018), a busca pela neutralidade pedagógica, ao pretender silenciar questões cruciais sobre a diversidade, acaba por encobrir o debate necessário para a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

A adolescência, como fase de transição para a vida adulta, é marcada por profundas transformações, sendo um período crucial para a constituição da identidade sexual. Portanto, quando as escolas não oferecem espaços apropriados para tratar dessas questões, podem gerar sentimentos de culpa, medo e insegurança, impedindo o desenvolvimento de uma visão saudável e desprovida de preconceitos sobre a sexualidade (Madureira & Branco, 2015). Nesse sentido, a escola deve se tornar um ambiente que não só reconhece as questões de gênero e sexualidade, mas também as valoriza, tornando-se um espaço de aprendizado e de construção de uma visão inclusiva e crítica da diversidade.

A conexão entre as abordagens da educação sexual é relevante, uma vez que, ao ingressar na escola, cada aluno/a já traz consigo os valores sexuais que atravessam o contexto cultural em que está inserido, além de uma percepção de sexualidade influenciada pela família e pelo grupo social ao qual pertence. Dessa forma, a educação sexual nas escolas deve ir além de simplesmente orientar, ensinar e informar; é imprescindível que também promova discussões, reflexões e questionamentos sobre esses valores e concepções. Isso permitirá que cada aluno/a compreenda os referenciais culturais, históricos e éticos que fundamentam sua visão e prática da sexualidade (Madureira & Branco, 2015), pois, ao refletir sobre essas influências, o/a estudante pode se apropriar de uma visão mais crítica e autêntica sobre sua própria identidade sexual.

Além disso, a escola se configura como um espaço de diversidade, onde os/as alunos/as interagem com pessoas diferentes de seus núcleos familiares, o que lhes permite compreender o mundo a partir de novas referências (Gusmão, 2003). Segundo Oliveira (2020), o objetivo da escola, em parceria com a família, é promover o desenvolvimento integral do/a aluno/a. Portanto, é evidente a relevância de abordar a educação sexual nas escolas, garantindo que todos tenham o direito ao conhecimento sobre seu corpo e sexualidade. Nesse sentido, a instituição educacional deve reconhecer que a educação sexual

emancipatória não se limita ao mero aprendizado dos aspectos anatômicos e biológicos do corpo humano. Ela também deve incluir a compreensão das emoções e dos valores que cercam a sexualidade, possibilitando um ambiente de aprendizado mais rico e significativo, como propõe (Obando, 2021).

A educação sexual nas escolas brasileiras representa tanto um desafio quanto uma necessidade premente. É imprescindível que essa abordagem seja realizada de maneira consciente, respeitosa e inclusiva, promovendo um espaço de diálogo e reflexão. A formação de uma cultura que valorize a sexualidade como uma dimensão natural da vida humana pode contribuir para o desenvolvimento de indivíduos mais críticos, empoderados e preparados para lidar com suas próprias vivências e com a diversidade do mundo que os rodeia (Madureira & Branco, 2015).

A construção de uma educação sexual emancipatória, além de promover uma abordagem integral, também exige uma compreensão das interseções entre sexualidade, gênero e diversidade. Segundo Madureira e Branco (2015), a discussão sobre sexualidade nas escolas precisa considerar as identidades de gênero e orientações sexuais não normativas, criando um ambiente inclusivo que respeite a pluralidade de experiências dos/as alunos/as. Isso se torna ainda mais relevante em contextos em que as políticas públicas educacionais e os movimentos sociais buscam combater as práticas discriminatórias e garantir direitos igualitários. A promoção de uma educação sexual inclusiva, que reconhece e acolhe essas diversidades, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, a literatura aponta para a importância da formação continuada dos/as educadores/as que lidam com a temática da sexualidade nas escolas, pois muitos/as ainda se sentem despreparados/as para tratar de assuntos tão sensíveis e que envolvem a intimidade dos/as alunos/as. Esse processo de capacitação é fundamental para que os/as docentes possam enfrentar as questões com sensibilidade, respeito e conhecimento

adequados, garantindo que a educação sexual seja uma ferramenta poderosa de empoderamento e transformação social (Ferreira & de Oliveira Silva, 2021).

3. Educação sexual no referencial curricular

É amplamente reconhecido que a sexualidade não deve ser um tema restrito ao período da puberdade no contexto escolar (Campos, 2017; Madureira & Branco, 2015), pois a escola é uma instituição responsável por formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus valores, comprometendo-se com a rejeição de todas as formas de discriminação. Assim, a escola deve oferecer suporte aos/as alunos/as, incluindo aqueles/as que estão no ensino fundamental II, para que compreendam e vivenciam sua sexualidade de maneira responsável e saudável.

Nesse sentido, o currículo escolar não pode ser considerado neutro em relação a essa temática; ao contrário, ele é uma ferramenta essencial para organizar práticas educacionais tanto no ambiente escolar quanto no sistema educativo em geral, estando intimamente relacionado aos referenciais teóricos que sustentam sua aplicação. É fundamental que o currículo contemple abordagens críticas e inclusivas da sexualidade, garantindo que a educação sexual seja tratada como um direito de todos/as os/as estudantes (Campos, 2017; Lima, 2012).

Para a implementação da educação sexual nas escolas, o currículo desempenha um papel central, pois influencia diretamente o projeto político-pedagógico da instituição (Oliveira, 2020). Este projeto, na condição de documento orientador, define diretrizes e ações que guiam as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada escola. Ou seja, as práticas pedagógicas estão diretamente vinculadas ao currículo, e é essencial que as abordagens da educação sexual sejam sistematizadas para garantir que os/as estudantes recebam uma educação sexual que seja ao mesmo tempo abrangente e sensível. Além disso, a formação contínua dos/as educadores/as é fundamental para que se sintam preparados/as para abordar questões de sexualidade em sala de aula de maneira informada e respeitosa, criando um

ambiente que favoreça o diálogo aberto e construtivo entre os/as estudantes (Mukai, 2023; Madureira & Branco, 2015).

O país tem passado por transformações curriculares no que se refere à educação básica, como evidenciado pela aprovação da Lei nº 13.415/2017⁵, que introduziu mudanças significativas no Ensino Médio, incluindo a ampliação da carga horária mínima, a expansão das escolas de tempo integral e a possibilidade de os/as alunos/as escolherem áreas específicas para aprofundar seus estudos. Contudo, essa ampliação da carga horária demanda também a qualificação adequada dos/as profissionais da educação para que possam responder efetivamente às novas demandas pedagógicas.

A nova estrutura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio visa facilitar a interdisciplinaridade e incentivar projetos inovadores que atendam às necessidades dos/as estudantes, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida social. No entanto, esse foco no Ensino Médio não deve ofuscar a importância da educação sexual e das outras áreas de formação no Ensino Fundamental II, que devem ser igualmente contempladas de maneira profunda e reflexiva.

No contexto do Distrito Federal, que abrange o ensino fundamental II, existe um documento normativo voltado para a educação básica, denominado “Currículo em Movimento” (Distrito Federal, 2014)⁶. Este documento foi desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e incorporado à Rede Pública de Ensino do DF, apresentando duas versões publicadas em 2014 e 2018. Ambas as versões foram elaboradas de forma colaborativa, integrando os interesses educacionais, culturais, políticos e econômicos dos/as diversos/as autores/as envolvidos/as em sua construção. Além disso, elas

⁵ Câmara dos Deputados. (2017). *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>

⁶ Distrito Federal. (2014). *Currículo em movimento da educação básica: Educação infantil*. SEEDF. <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/>

atendem às necessidades pedagógicas no trabalho com os/as estudantes, refletindo a importância de uma abordagem coletiva na construção do conhecimento. Isso envolve a participação ativa de gestores/as, professores/as e da comunidade, garantindo que as diretrizes educacionais considerem as diversidades culturais e sociais dos/as alunos/as. A colaboração entre diferentes agentes da educação é, portanto, essencial para o sucesso do processo educativo e para a construção de um currículo inclusivo e abrangente (Distrito Federal, 2014).

O documento de 2014 resultou de um processo que envolveu estudos, debates com profissionais da educação e encontros públicos com as comunidades escolares, universidades e a sociedade civil (Distrito Federal, 2014). Esse processo teve como objetivo a criação de um documento orientador para todas as escolas públicas do DF, visando à atualização e à organização dos conteúdos ensinados, além da qualificação do trabalho pedagógico com os/as docentes e demais profissionais envolvidos na Rede Pública de Ensino do DF. O currículo foi concebido e desenvolvido para assegurar o acesso de todos à educação básica, priorizando a permanência com qualidade. O “Currículo em Movimento” objetiva estabelecer um compromisso com a construção de um ambiente educacional mais equitativo, onde todos os/as estudantes possam se sentir valorizados/as e representados/as (Distrito Federal, 2014).

Esta primeira versão (Distrito Federal, 2014) não apenas apresentou pressupostos teóricos, mas também incluiu cadernos específicos para cada etapa da educação básica, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio, passando pela educação de jovens e adultos, educação especial e a distância. Além disso, o “Currículo em Movimento” também fundamentou a ação didático-pedagógica em eixos transversais, que contemplam a educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos, além da educação para a sustentabilidade (Distrito Federal, 2014). A inclusão desses eixos é fundamental para que a educação sexual se torne parte integrante do processo educativo, promovendo reflexões

críticas sobre a diversidade sexual e de gênero e suas intersecções com outras formas de opressão (Distrito Federal, 2014).

No que se refere à elaboração da segunda versão deste documento (Distrito Federal, 2018)⁷, a mesma se deu a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular, introduzindo algumas modificações no documento, mantendo as mesmas bases teórico-metodológicas. Essa nova versão apresenta mudanças em relação ao primeiro documento, como a nova estrutura escolar baseada em ciclos, que substitui a tradicional estrutura de seriação, além do alinhamento dos objetivos e conteúdos com a BNCC. Essa estrutura visa garantir que todos/as os/as estudantes do DF tenham os mesmos direitos à aprendizagem assegurados em todo o país (Distrito Federal, 2018). A adoção dessa abordagem cíclica permite uma maior flexibilidade na aprendizagem, possibilitando que os/as alunos/as avancem em seu ritmo e de acordo com suas necessidades individuais, o que é essencial para um ensino inclusivo e efetivo (Distrito Federal, 2018; Bandeira e Dantas, 2021).

No entanto, a análise crítica, aponta que, embora o currículo como o BNCC inclua uma abordagem teórica sobre diversidade sexual e de gênero, ainda existem lacunas significativas (Monteiro e Ribeiro, 2020). Essas lacunas indicam a necessidade de ressignificar as discussões, ampliando-as para além do discurso formal e incorporando-as de maneira efetiva às práticas pedagógicas e ao cotidiano escolar. Essa integração demanda ações concretas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade em todos os níveis do ambiente educacional. Nesse sentido, a oferta de formações continuadas para os/as educadores/as, com foco em metodologias inclusivas e interseccionais, torna-se essencial. Essas iniciativas são fundamentais para garantir que a educação sexual seja abordada de

⁷ Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação do DF. (2018). *Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais* (2ª ed.). Brasília. Recuperado de https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf

forma consistente, assegurando que todos/as os/as estudantes, independentemente de suas singularidades, sintam-se representados/as e respeitados/as no espaço escolar (Monteiro & Ribeiro, 2020).

O referencial curricular é profundamente influenciado por posições ideológicas e relações de poder vigentes, manifestando-se nas práticas discursivas que emergem das estruturas sociais e institucionais. Nesse sentido, o contexto cultural desempenha um papel central na formação das identidades e nas diversas formas de existir. Assim, o currículo não é neutro, configurando-se como um processo cultural dinâmico que dialoga diretamente com os aspectos identitários e sociais, exigindo reflexões contínuas sobre os modos de ensinar e aprender (Lima, 2012; Mukai, 2023). Louro (1998) destaca que o ambiente escolar não apenas reflete, mas também produz determinadas concepções sobre gênero e sexualidade.

Nesse contexto, Paula e Branco (2022) sublinham a importância de práticas pedagógicas que considerem as subjetividades dos sujeitos escolares, promovendo espaços de acolhimento e diálogo para enfrentar normativas limitantes. Ao negligenciar a criação de espaços de diálogo e acolhimento, as instituições reforçam normas rígidas e limitantes. Assim, o desenvolvimento curricular e a gestão escolar devem adotar abordagens mais inclusivas e flexíveis, oferecendo novas perspectivas que desafiem o imaginário social hegemônico.

Além disso, o conteúdo escolar está diretamente associado a um projeto específico de sociedade (Madureira, Barreto & Paula, 2018), no sentido de que reflete e reproduz valores, interesses e ideais que moldam as relações sociais, políticas e econômicas. Esses projetos podem reforçar desigualdades existentes ou contribuir para sua transformação, dependendo das escolhas pedagógicas feitas pelas instituições e educadores/as. No entanto, muitas vezes, enxerga-se a diversidade como uma ameaça, em vez de um valor a ser promovido, o que evidencia uma resistência histórica em aceitar diferenças como elementos enriquecedores

para o tecido social, perpetuando discriminações e exclusões no ambiente educacional. Para transformar essa realidade, é essencial que o currículo seja ressignificado, valorizando as diferenças como parte fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Compreender o currículo base da educação como um documento normativo que orienta e estrutura as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores/as em sala de aula, é fundamental, especialmente no âmbito da educação sexual, pois evidencia como as escolhas pedagógicas estão ancoradas em ideologias específicas. Isso inclui as concepções de gênero e sexualidade que podem estar alinhadas a uma visão conservadora ou progressista da educação (Madureira, Barreto & Paula, 2018). O desenvolvimento de discussões críticas sobre gênero, sexualidade e as normatizações culturais que perpassam o ambiente escolar (Lima, 2012; Mukai, 2023). Nesse sentido, é fundamental que as atualizações curriculares considerem a diversidade sexual e de gênero de forma integrada a outros marcadores sociais, como raça, classe e geração, adotando uma abordagem interseccional que permita entender as sobreposições de opressão e privilégio nas vivências dos indivíduos.

Essa perspectiva interseccional possibilita um olhar mais abrangente sobre as possibilidades de atuação dos/as profissionais da educação, bem como as desigualdades vivenciadas por diferentes grupos, destacando que a exclusão e o preconceito se manifestam de maneiras diversas e complexas. Ao incorporar tais discussões no ambiente escolar, a educação sexual cumpre um papel transformador na construção de cidadãos críticos e comprometidos com uma sociedade mais inclusiva, onde as identidades e as diferenças sejam respeitadas (Ramos, 2021). O currículo, portanto, precisa ser um instrumento para a promoção da equidade e do reconhecimento da diversidade como um valor central (Mukai, 2023).

4. Metodologia

A presente pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a educação sexual no contexto escolar, especialmente no Ensino Fundamental II. Segundo Minayo (2016, p. 20), a metodologia qualitativa busca explorar as particularidades dos fenômenos investigados, imergindo no "universo dos significados" compartilhados pelos/as participantes sobre as temáticas investigadas. A complexidade e a relevância do tema justificam o uso da abordagem qualitativa, considerada a mais apropriada para uma análise detalhada das perspectivas de docentes sobre a educação sexual.

No âmbito da pesquisa qualitativa, a entrevista se configura como um processo de troca, no qual diferentes realidades e perspectivas são exploradas e sendo coconstruídas (Madureira & Branco, 2001) com os/as participantes, permitindo que o fenômeno seja descrito, analisado e interpretado de maneira profunda e reconhecendo a natureza dinâmica e complexa da realidade (Minayo, 2016).

A proximidade entre pesquisadores/as e participantes promove um engajamento genuíno, incentivando os/as entrevistados/as a compartilharem suas experiências de forma autêntica, enriquecendo o processo de construção de informações e revelando nuances que, de outra forma, poderiam passar despercebidas (Minayo, 2016). Assim, a metodologia qualitativa possibilita uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, considerando influências socioculturais e a intersubjetividade das experiências, oferecendo uma visão holística e integrada da realidade investigada (Minayo, 2016).

4.1 Participantes

Foram selecionados quatro participantes, com base em critérios específicos, a partir das redes interpessoais da pesquisadora. O primeiro critério estabeleceu que os/as participantes deveriam ter, no mínimo, dois anos de experiência no Ensino Fundamental II e trabalhar em escolas públicas ou em escolas particulares. A seleção de docentes que atuam neste nível educacional justifica-se pela importância da faixa etária dos/as alunos/as no contexto da educação sexual, especialmente na transição da infância para a adolescência. O segundo critério definiu que todos/as os/as participantes deveriam atuar no Distrito Federal.

Entre os/as quatro professores/as que participaram da pesquisa, um era do gênero masculino e três do gênero feminino. Para preservar a identidade dos/as participantes, seus nomes foram omitidos e substituídos por códigos. A Tabela 1 detalha as características dos/as participantes.

A seguir é apresentada a Tabela 1, contendo os dados sociodemográficos de cada participante.

Tabela 1. Dados sociodemográficos dos/as participantes

Gênero	Participantes	Formação	Disciplina escolar ministrada	Anos escolares que atua atualmente	Tipo de escola em que trabalha
Masculino	Participante 1	Letras	Inglês	6° ao 9° ano	Particular/ Pública
Feminino	Participante 2	Letras	Português	6° ao 9° ano	Particular
Feminino	Participante 3	Pedagogia/ Gestão Educativa	Projeto de vida	6° ao 9° ano	Particular
Feminino	Participante 4	Ciências Biológicas	Biologia	6° ao 9° ano	Pública

4.2 Materiais e Instrumentos

Foram utilizados na pesquisa os seguintes materiais: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), essencial para esclarecer os objetivos do estudo, os potenciais riscos e benefícios, garantindo que o consentimento dos/as participantes fosse informado e voluntário. Para registrar as entrevistas, utilizou-se um gravador de voz, com consentimento prévio, assegurando a precisão na transcrição e análise das informações. Como instrumento, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por 15 perguntas (Anexo B).

4.3 Procedimentos de construção de informações

Na presente pesquisa, optou-se por adotar uma metodologia qualitativa de investigação, envolvendo a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, no formato on-line (Google Meet). A entrevista semiestruturada permitiu que os/as participantes expressassem livremente suas próprias perspectivas sobre o tema focalizado na pesquisa, dessa maneira permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada das experiências, encorajando um diálogo mais espontâneo e genuíno. Na abordagem qualitativa, as entrevistas são utilizadas para revelar como os indivíduos interpretam o fenômeno investigado. De forma mais específica, essa modalidade de entrevista permitiu uma interação mais flexível e rica, conduzindo a uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos em análise (Minayo, 2016)

No que diz respeito aos aspectos éticos da pesquisa, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP CEUB) (Anexo C), conforme estipulado na resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Comprometemo-nos a seguir integralmente todos os preceitos éticos e legais relacionados às investigações que envolvem seres humanos.

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP CEUB, realizou-se a seleção dos/as participantes, via rede interpessoal da pesquisadora, que preencheram os critérios estabelecidos previamente. Em seguida, a pesquisadora entrou em contato com os/as potenciais participantes para agendar as entrevistas, que foram conduzidas de forma remota, utilizando a plataforma online Google Meet. Durante este processo, foi obtido o consentimento formal dos/as participantes por meio do envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse documento detalhou os objetivos, os procedimentos, os possíveis riscos e os benefícios da pesquisa, garantindo a transparência necessária e respeitando os princípios éticos. A entrevista foi iniciada somente após a assinatura e devolução do termo pelos/as participantes, assegurando que todos/as estavam devidamente informados/as e de acordo com a participação. Esse cuidado reforça o compromisso com os preceitos éticos que regem as práticas de pesquisa, como o respeito à autonomia e à confidencialidade em relação à identidade pessoal dos/as participantes.

4.4 Procedimentos de análise

Após a realização das entrevistas, o conteúdo foi transcrito, visando proporcionar uma base sólida para a análise e exploração detalhada das informações obtidas. A análise das informações construídas no decorrer das entrevistas foi conduzida, buscando identificar os pontos de convergência e de divergência, tendências e nuances significativas que emergiram dos relatos dos/as participantes. Os resultados foram, então, interpretados e discutidos à luz do referencial teórico adotado, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno investigado.

Após a conclusão destas transcrições, foi realizada uma leitura minuciosa das informações construídas. Tanto a leitura das transcrições quanto a análise e interpretação das

informações obtidas foram orientadas pelo método de Análise de Conteúdo, especificamente em sua vertente temática.

Conforme discutido por Bardin (2010), a Análise de Conteúdo Temática visa a identificação dos núcleos de sentido presentes nos materiais analisados, resultando na criação de categorias analíticas que representam tais significados, a partir de critérios semânticos (Gomes, 2016). Esse método de análise é especialmente eficaz para identificar trechos relevantes que se alinham aos objetivos da pesquisa, envolvendo a construção de categorias analíticas temáticas que irão nortear o trabalho interpretativo. Dessa forma, buscou-se identificar e compreender os núcleos de sentido através da organização e classificação das informações expressas nas entrevistas (Gomes, 2016).

As diversas etapas deste método de análise incluem a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos, culminando na interpretação das informações (Gomes, 2016). Inicialmente, na fase de pré-análise, as informações foram criteriosamente organizadas e examinadas para filtrar as informações relevantes que foram objeto de análise. Em seguida, as informações foram submetidas à codificação, um processo que envolve a identificação e recorte das unidades de registro e contexto pertinentes, seguido da categorização em conformidade com os temas emergentes (Gomes, 2016).

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, as informações codificadas foram interpretadas por meio da construção de inferências, proporcionando uma abordagem interpretativa sistematizada que busca extrair significados mais profundos a partir das informações analisadas. Este processo sistemático e rigoroso da Análise de Conteúdo Temática visa fornecer uma compreensão mais abrangente e aprofundada do material analisado, contribuindo para o avanço do conhecimento na área em questão (Bardin, 2010).

Durante a transcrição das entrevistas, foram elaboradas três categorias analíticas temáticas, sendo elas: (1) A percepção dos/as professores/as sobre a educação sexual no

Ensino Fundamental II; (2) A educação sexual no contexto escolar: o papel dos/as professores/as em discussão; (3) Complexidades e desafios da educação sexual nas instituições de ensino.

5. Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, organizados com base nas categorias analíticas temáticas mencionadas anteriormente. Cada categoria será detalhada em subseções específicas, de forma a facilitar a compreensão dos achados e suas respectivas análises.

5.1 A percepção dos/as professores/as sobre a educação sexual no Ensino

Fundamental II

A educação sexual no ambiente escolar vai além do ensino de conteúdos referentes aos aspectos biológicos, englobando o desenvolvimento de uma consciência crítica para a formação pessoal e social dos/as jovens (Oliveira & Oliveira Barbosa, 2024). Segundo os/as entrevistados/as, o ensino fundamental II é uma fase propícia para discutir a sexualidade de maneira ampla, incorporando também elementos éticos e relacionais. A escola, como um dos primeiros ambientes de interação social, é percebida pelos/as professores/as como um ambiente onde crianças e jovens estabelecem e intensificam os vínculos emocionais.

Assim, o ambiente educacional se apresenta como um lugar propício para debates sobre sexualidade, incentivando a formação de jovens cientes de seus direitos e deveres, conforme declarado pelo participante (P1) e pela participante (P2), respectivamente. *"A educação sexual vai muito além, a gente vai trabalhar questões do próprio corpo... diversas questões que são voltadas pra isso, né? Do conhecimento ali" (P1); "É assim, eu acho que é a desmistificação do próprio corpo" (P2).* Esta perspectiva é evidenciada nas opiniões dos/as participantes, que veem a educação sexual como algo que "supera" o ensino apenas sobre o corpo humano. Isso também é evidente nas declarações dos/as outros/as participantes.

“ são os momentos que as crianças conseguem perceber que tem um corpo (...) e começam a perceber que ao tocá-la eles sentem prazer” (P3)

"Eu acho que a educação sexual, ela vai muito além da parte física, né? Da parte fisiológica, do corpo humano, muito além disso. Necessário, é porque eles precisam conhecer como funciona o corpo deles, o organismo deles, mas tem essa questão de prevenção, de valores também [...] Então, eu acho muito importante, muito importante essa iniciação desse tema no fundamental" (P4).

Essa abordagem alinha-se à perspectiva de Madureira e Branco (2015), que defendem a educação sexual nas escolas como um componente essencial para a construção de uma cultura democrática, fundamentada no respeito às diferenças. Neste cenário, a educação sexual se apresenta como uma prática libertadora voltada para a construção de indivíduos independentes. Portanto, é necessário tratar as questões de gênero e sexualidade de maneira estruturada, desenvolvendo práticas pedagógicas que levem em conta as particularidades culturais, sociais e emocionais dos/as alunos/as. Isso envolve incorporar no currículo atividades e debates que incentivem a reflexão sobre estereótipos, preconceitos e disparidades de gênero, ao mesmo tempo que reforçam o protagonismo dos/as jovens e a habilidade de tomar decisões informadas.

Martins (2023) reforça a relevância de incorporar práticas pedagógicas focadas na diversidade e na luta contra preconceitos como componentes essenciais para a construção de um ambiente escolar mais receptivo e equitativo. Portanto, a educação sexual é percebida como um processo contínuo que vai além de ações pontuais. Os/as professores/as entrevistados/as enfatizaram a relevância da educação sexual como uma prática formativa, auxiliando os/as estudantes a compreenderem seus corpos e a estabelecerem limites claros e saudáveis nas relações interpessoais.

A educação sexual, também, é preventiva, como discutido por Obando (2021), que argumenta que desenvolvida no ambiente escolar é uma ferramenta na prevenção da violência sexual contra as mulheres, promovendo valores que reforçam o respeito, a empatia e a

igualdade de gênero. Além disso, essa prática implica a promoção do autocuidado e da proteção individual e coletiva, por meio da conscientização e reflexão crítica sobre os limites do contato físico e as implicações éticas das relações interpessoais. Como evidenciam as falas dos/as docentes, a educação sexual é vista como um elemento indispensável na formação de indivíduos mais conscientes de seus direitos, capazes de reconhecer situações de risco e agir preventivamente diante de contextos de vulnerabilidade, como afirmado pelo participante (P1).

"É pra trabalhar as próprias questões dos limites de demonstração de afeto e de carinho, que muitas vezes levam a um abuso, passou daqui já não é mais, já é considerado um abuso. A própria questão de saúde, adoecimento, gravidez precoce. Então todas essas coisas precisam ser trabalhadas dentro desse pacote amplo que é a educação sexual. Então vai para coisas do dia a dia que vão gerar uma proteção também (...) Então, acho que esses impactos super positivos, nesses sentidos educacionais, são muito importantes, porque, na minha opinião, a maior e melhor forma de prevenção é a educação, é falar sobre, é orientar, é mostrar do que se trata, o que é, as possíveis consequências quando não se segue ali aquilo que é o esperado"
(P1)

Estas perspectivas reforçam a importância de iniciativas pedagógicas que abordem questões, como gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, bullying e lgbtfobia. Segundo Madureira et al. (2021), a inclusão de temáticas relacionadas à sexualidade no currículo escolar é fundamental para promover a conscientização e prevenir vulnerabilidades. Nesse sentido, destaca-se a relevância de um ambiente escolar que também respeite e valorize a diversidade sexual e de identidades de gênero para combater preconceitos e criar condições para a convivência igualitária.

Outro ponto levantado nas entrevistas, se refere a adaptação a faixa etária dos/as alunos/as, no qual os/as professores/as reconhecem a necessidade de adaptar as abordagens de educação sexual às faixas etárias e às realidades sociais dos/as alunos/as. Um exemplo dessa percepção pode ser observado na fala do participante (P1):

"A minha opinião é que respeitada a faixa etária, de acordo com o que vai ser trabalhado, a forma como vai ser abordado, eu acho que a gente pode trabalhar sim (...) Pode sim ser trabalhado, independente da faixa etária, desde que sejam feitas adequações de vocabulário, de material, de temática, de como que a abordagem vai acontecer. Porque é diferente a gente trabalhar a educação sexual ou qualquer tema desse universo para um aluno [do ensino] fundamental, em comparação com o aluno do ensino médio. Então, essas adequações, elas são importantes." (P1)

Essa reflexão destaca a importância de um planejamento educacional que leve em consideração o desenvolvimento psicológico dos/as estudantes, suas experiências culturais e o contexto em que estão inseridos. Madureira et al. (2021) defendem que a educação sexual deve superar um modelo unidimensional, promovendo o diálogo aberto e respeitando as especificidades de cada grupo. A fala do participante também sugere que a prática pedagógica precisa ser dinâmica, adaptando-se às diferentes fases do desenvolvimento escolar, sem perder de vista a sensibilidade necessária para tratar de temas considerados delicados. Outro aspecto relevante identificado nas entrevistas foi a ênfase no respeito ao corpo e na construção de uma consciência crítica sobre as interações sociais. Como afirma a participante (P2):

"É a questão do respeito ao meu corpo, respeito ao corpo do outro, né? E os cuidados que tem que se ter, né? A questão da interação, aí você vai falando de acordo com cada faixa etária, né? É o que tem, mas eu acho que é muito mais questão de conhecimento correto, né, dentro de cada faixa etária e o cuidado (...) E entender que não é nada demais, ninguém tá querendo acelerar nada, ninguém tá querendo mostrar nada que não seja necessário ou importante, muito pelo contrário. É aquele negócio onde você não tem conhecimento, você não sabe como lidar." (P2)

Essa fala ilustra como a educação sexual é percebida como um processo de empoderamento, proporcionando aos adolescentes ferramentas para compreender seus corpos, respeitar os limites do outro e lidar com situações que, sem o devido conhecimento, poderiam tornar-se problemáticas. Paula (2016) destaca que o acesso à informação de qualidade em ambientes educacionais é um fator protetor, fundamental para a formação de

sujeitos autônomos e conscientes de seus direitos. Além disso, a fala do professor (P1) enfatiza que a abordagem educativa não deve ser vista como um estímulo à sexualidade precoce, mas como uma estratégia para combater a desinformação e as consequências negativas decorrentes dela.

As entrevistas também evidenciaram os desafios enfrentados pelos/as professores/as na implementação das práticas de educação sexual, especialmente devido às diferenças culturais e familiares presentes no ambiente escolar. Como foi apontado por (P1):

"A gente tentar introduzir uma cultura que deixa de lado o tabu de determinados assuntos, como se eles fossem prejudiciais, e a gente começa a introduzir uma cultura que vai promover conhecimento, o desenvolvimento de aspectos voltados para isso" (P1)

A fala ressalta a importância de introduzir uma cultura escolar que rompa com o tabu em torno de temas como violência e discriminação, substituindo-o por uma abordagem que favoreça o conhecimento e o desenvolvimento de valores voltados à transformação social. Nesse sentido, Madureira et al. (2018) destacam que a falta de debates sobre essas questões no contexto escolar pode perpetuar atitudes e práticas violentas, à medida que a ausência de diálogo sustenta crenças e ideologias que reforçam as desigualdades de gênero. A proposta de (P1), ao sugerir o fomento de uma cultura de valorização do conhecimento, representa uma alternativa capaz de enfrentar esse cenário e promover reflexões mais inclusivas. A educação sexual, ao proporcionar espaços para reflexão e aprendizado, pode ter um papel crucial na prevenção de diversas formas de violência, particularmente a sexual, ao desmontar estigmas.

"Ao mesmo tempo, a gente tem que ter muito cuidado com esse papel, porque são crianças totalmente diferentes, de famílias diferentes, (...) de acreditar em coisas diferentes, né?" (P2)

"Eu sei disso, porque cada aluno tem uma realidade diferente, mas eu acho que o professor tem que ter esse cuidado também de não ser invasivo demais nessa questão moral, mas ele tem que colocar alguns pontos que os alunos precisam saber" (P3)

Essas declarações revelam a complexidade envolvida na conciliação de interesses divergentes, como os valores familiares e a necessidade de garantir um acesso amplo e inclusivo à educação sexual. Para Madureira et al. (2018), a mediação desse processo exige que os/as professores/as atuem como facilitadores/as, equilibrando as demandas éticas e culturais com o compromisso de proporcionar conhecimento que contribua para o bem-estar dos/as alunos/as. Obando (2021) complementa ao afirmar que, quando bem conduzida, essa mediação pode transformar a escola em um espaço de diálogo e reflexão.

A função da escola em fomentar um ambiente que honre as diferenças e valorize a diversidade é crucial para os/as docentes que participaram da pesquisa. Isso demonstra a compreensão de que a educação sexual vai além de uma simples prática pedagógica, atuando também como um instrumento para promover a igualdade e combater as desigualdades estruturais que impactam os/as jovens no Brasil. Obando (2021) defende que uma perspectiva inclusiva e crítica na educação sexual possibilita que os/as estudantes adquiram habilidades para enfrentar os desafios da vida moderna, uma visão que se reflete nas opiniões dos/as participantes. Paula (2016) reforça essa visão ao enfatizar que a inclusão da educação sexual no currículo escolar deve respeitar a diversidade, combater preconceitos e promover valores democráticos.

Em síntese, a educação sexual no Ensino Fundamental II é vista como um instrumento para a formação de adolescentes e jovens que se reconhecem em sua individualidade e constroem relações interpessoais saudáveis. Como argumenta Obando (2021), a articulação entre teoria e prática neste campo exige a integração de abordagens que dialoguem com a realidade dos/as alunos/as, valorizando suas vivências. Dessa forma, a prática docente se aprofunda ao combinar o respeito à pluralidade com a busca por soluções que atendam às necessidades do coletivo escolar, consolidando a educação sexual como um eixo de fundamental importância na formação cidadã.

5.2 A educação sexual no contexto escolar: o papel dos/as professores/as em discussão

A análise das entrevistas realizadas com os/as professores/as sobre seu papel na educação sexual revela uma percepção intrincada e diversificada das obrigações atribuídas a estes/as profissionais no contexto escolar. Em geral, os achados apontaram para a relevância de prover informações precisas e de alta qualidade sobre sexualidade, particularmente em um cenário onde os/as alunos/as frequentemente se deparam com informações distorcidas ou incompletas através das redes sociais, internet e até mesmo dos círculos familiares. Esse compromisso com a educação sexual está alinhado à ideia de que a escola deve ser um espaço estruturado, capaz de promover um ambiente de reflexão sobre questões significativas para a vida dos/as estudantes.

Contudo, é importante destacar que, em muitas situações, a abordagem da educação sexual nas escolas ainda carece de maior sistematização e aprofundamento. Entretanto, a ausência de uma abordagem mais aprofundada sobre as influências de fatores como a religiosidade, as experiências pessoais dos/as educadores/as e as lacunas na formação docente sobre gênero e sexualidade reforça a necessidade de um planejamento mais detalhado. Isso é evidenciado pela pesquisa de Madureira e Branco (2015), que destaca a tendência de muitos/as professores/as de utilizarem suas próprias experiências e opiniões pessoais ao abordar temas como gênero e sexualidade, devido à falta de uma formação mais robusta sobre o tema.

"Mas de modo geral, por ser a figura do professor, que é aquela figura que deve ser procurada pelos estudantes quando sente ali uma confiança para tratar de algum assunto, para falar alguma coisa, tirar alguma dúvida. Então, a gente tem também esse papel e essa função. Talvez uma das coisas que a gente tem que trabalhar enquanto profissional da docência é esse trabalho de promover o acolhimento para chegar a um estudante e falar: 'eu queria falar uma coisa que aconteceu'. Em muitas

situações de abuso elas são denunciadas a partir disso, né? Em casa não pode falar, porque o abuso acontece em casa. Tentou falar em outro lugar, ninguém acreditou. Chega na escola, encontra ali no professor, na professora, uma figura de acolhimento, consegue falar." (P1)

A fala de (P1) destaca o papel do/a professor como figura de acolhimento, especialmente em situações de vulnerabilidade, como nos casos de abuso sexual, em que os/as estudantes podem se sentir desprovidos/as de apoio em casa ou em outros ambientes. Esse contexto se relaciona com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que reforça o direito à proteção integral e ao acolhimento, assegurando-lhes não apenas o acesso à educação, mas também um ambiente seguro para se expressarem e buscarem ajuda quando necessário, sendo o ambiente escolar um lugar para promover esta proteção.

O Eca (Brasil, 1990) também estabelece que nenhuma criança ou adolescente será vítima de qualquer tipo de negligência, e esta premissa está diretamente relacionada com o papel do professor mencionado na fala de (P1), pois o/a educador/a, ao se apresentar como uma pessoa de confiança, auxilia na proteção do/a aluno/a, atuando como um suporte para que denúncias de abuso possam ser feitas de maneira segura. Além disso, também é assegurado o direito à convivência familiar e comunitária, ressaltando a importância de que a criança ou o adolescente encontre, nas instituições educacionais, um ambiente que favoreça a proteção e o desenvolvimento saudável.

Assim, o trabalho de acolhimento e escuta mencionado não só espelha a função da escola como um local de confiança, mas também está em consonância com as diretrizes constitucionais, que buscam assegurar às crianças e aos/as adolescentes um espaço seguro onde possam expressar suas aflições e denunciar situações de violência ou abuso. Isso representa o comprometimento da educação dos/as profissionais da educação em auxiliar na formação de um ambiente seguro, onde os/as alunos/as tenham a garantia de profissionais

capacitados/as para atuar de maneira apropriada, respeitando seus direitos e fomentando seu bem-estar.

"Então, acho que o professor, querendo ou não, ele é uma referência para o aluno. Então, se ele souber abordar esse assunto, se ele usar termos assertivos, ele vai passar informações que esse aluno nunca vai esquecer. E mesmo que ele ainda não esteja inserido nessa realidade, na vida dele, mas quando ele iniciar a vida sexual, ele pode lembrar daquilo que o professor falou há dois, três, cinco anos atrás. Então, eu acho que a responsabilidade do professor é muito grande em relação a isso. Ele não tem que se preocupar apenas em seguir aquele currículo que tem, ah, vamos falar sobre sistema reprodutor... Só na biologia (...) Então, é muito... eu acho que a responsabilidade do professor é muito grande. Muito grande, porque eu mesma tenho 42 anos. Eu lembro de coisas que professores meus falaram lá no ensino fundamental, por conta da forma que eles falaram. Então, a gente tem que... é ainda mais um tema tão delicado." (P4)

A fala da participante evidencia a compreensão de que a educação sexual desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos/as adolescentes. Nesse sentido, Santos et al. (2021) destacam que a escola deve funcionar como um/a mediador/a entre a realidade social dos/as estudantes e o conhecimento teórico, proporcionando uma base sólida sobre temas como sexualidade. Esse papel da escola é crucial para combater a disseminação de desinformação, promovendo uma compreensão mais saudável do corpo, das relações e da saúde sexual.

Entretanto, conforme aponta Junqueira (2022), essa abordagem educativa tem sido alvo de ataques por parte de setores ultraconservadores, que buscam desestabilizar os avanços conquistados em termos de direitos e inclusão social. Para esses grupos, a educação sexual que abrange questões de gênero e diversidade é vista como uma ameaça aos valores tradicionais, e a oposição a tais iniciativas reflete um esforço para negar a pluralidade de estudos e abordagens científicas sobre gênero. Nesse contexto, ao promover uma educação sexual inclusiva e embasada, a escola não apenas cumpre uma função educativa essencial, mas também se posiciona como um campo de resistência contra as investidas que buscam desmantelar os direitos conquistados. A educação sexual, como defendem Santos et al.

(2021), surge assim como um elemento indispensável para garantir uma formação mais justa e alinhada com as necessidades e direitos dos/as adolescentes, enquanto enfrenta o retrocesso proposto por setores que visam a perpetuação da exclusão e das desigualdades.

No entanto, a abordagem das questões relacionadas à sexualidade não é unânime entre os/as educadores/as. Embora reconheçam a importância do tema, há uma hesitação quanto à forma de tratá-lo adequadamente, uma vez que muitos/as se sentem inseguros/as sobre até onde podem ir nas discussões. Como destacam Madureira e Branco (2015), essa insegurança pode ser atribuída à falta de formação específica sobre gênero e sexualidade, o que leva os/as educadores/as a frequentemente recorrerem às suas próprias experiências e opiniões pessoais, em vez de adotar uma abordagem pedagógica devidamente fundamentada. A participante (P2) expressou essa preocupação ao relatar a complexidade de introduzir temas mais sensíveis, dizendo:

"Então a gente dá uma explicação, explica direitinho. Quando é algo mais particular, a gente procura mais no privado, então você chama a atenção no privado e começa a conversar. (...) Vamos sanar essa dificuldade, mas com muito cuidado na fala, para cada faixa etária. (...) isso ainda me deixa um pouco angustiada, porque dependendo de como a criança leva isso, às vezes eles nem levam, né? os adolescentes, principalmente, fica muito com eles. Porque até em casa não tem diálogo." (P2).

Essa postura cautelosa pode ser vista como uma tentativa de equilibrar a educação com as diferentes tentativas de adequar os processos educativos ao momento do desenvolvimento dos/as alunos/as, assegurando que os temas abordados sejam adequados ao perfil e à maturidade de cada turma. No entanto, essa cautela também reflete a influência das perspectivas pessoais dos/as educadores/as, que, em algumas situações, podem limitar ou modificar o conteúdo discutido em sala de aula, em desacordo com diretrizes pedagógicas mais amplas. Por exemplo, um/a educador/a pode optar por não abordar questões relacionadas à identidade de gênero ou orientação sexual devido a crenças pessoais, o que comprometeria a implementação de uma educação sexual inclusiva e plural.

Santos et al. (2021) defendem que, embora a educação sexual deva ser sensível às experiências e necessidades dos/as estudantes, é imprescindível que os/as docentes recebam uma formação contínua e consistente para garantir que limitações pessoais não prejudiquem a abordagem do tema. Essa capacitação ajudaria a garantir que os/as educadores/as conduzam os diálogos de maneira ética, respeitando as diretrizes educacionais e promovendo o respeito e a valorização da diversidade. A formação contínua também se alinha com a necessidade de os/as professores/as se atualizarem em relação às novas perspectivas sobre gênero e sexualidade, fortalecendo o caráter preventivo da educação sexual e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo.

Outro aspecto relevante destacado pelos/as professores/as é o papel que desempenham como mediadores/as nas interações entre os/as alunos/as, especialmente em questões relacionadas à sexualidade. Nesse contexto, muitos/as educadores/as se vêem como facilitadores/as das discussões e intermediadores/as de conflitos entre os/as estudantes, que frequentemente enfrentam situações envolvendo temas pertinentes à educação sexual. Os/as participantes mencionaram que, em muitas ocasiões, os/as alunos/as se vêem envolvidos/as em conflitos ou desrespeito mútuo relacionados a tópicos como identidade de gênero, orientação sexual e preconceitos.

A função do/a educador/a, nesse sentido, vai além de transmitir informações: envolve também criar um ambiente seguro, em que os/as estudantes possam expressar suas dúvidas e aprender a respeitar as diferenças. Essa abordagem destaca a importância de uma educação sexual não apenas informativa, mas também formativa, que favoreça a reflexão e o respeito mútuo, criando condições para que os/as alunos/as possam entender e lidar com a diversidade de forma mais ética e empática. Esse papel de mediação também está alinhado com as orientações de Santos et al. (2021), que enfatizam a necessidade de capacitação dos/as

professores/as para lidar com essas questões delicadas de maneira efetiva, promovendo a inclusão e o respeito pelos direitos de todos/as os/as estudantes.

"Algumas outras intervenções a gente consegue fazer, mas é mais esse trabalho de conscientização, de tudo mais, de cortar realmente. Acontece com muita frequência, apelidar os outros ali. Então fazer esses cortes é importante também, é desafiador. Então acontece, não só nessa questão voltada para orientação sexual, mas em outros aspectos também." (P1)

"Então a gente realmente traz tudo com diálogo, mostrar como a gente fala, o conhecimento. Tem que conhecer pra falar (P2)

A literatura reconhece a escola como um espaço privilegiado para a construção de valores sociais, especialmente no que se refere à promoção da educação sexual, desde que conduzida por profissionais qualificados. Esses profissionais desempenham um papel crucial como mediadores/as, criando um ambiente que favorece o enfrentamento ao bullying e outras formas de discriminação relacionadas ao corpo e à sexualidade. Nesse contexto, estudos como os de Martins (2023) e Madureira et al. (2021) destacam a importância de abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, enfatizando o papel transformador da escola como um espaço que deve ser inclusivo e respeitoso.

Entretanto, há diferentes perspectivas sobre a intensidade e a forma dessa mediação. Surge o debate sobre até que ponto os/as professores/as devem intervir nas interações entre os/as alunos/as em temas sensíveis. A professora (P2) ao ser questionada sobre como lidou com situações onde um aluno foi alvo de piadas, ressaltou a necessidade de uma abordagem equilibrada, defendendo que a mediação deve ocorrer de maneira fluida e proporcional, evitando, oportunizando para os/as estudantes a construção de seus próprios entendimentos e práticas sociais.

"Sim, eu converso, quando é uma coisa específica, a gente chama esses alunos que fizeram essa situação acontecer e conversa no privado. E quando você vê que está atingindo uma turma inteira, aí a gente faz o trabalho realmente do lado do respeito, do entender (...) Então essa questão da ignorância, da discriminação, isso aí parte muito da questão do não conhecer (...) tudo é na muita base do diálogo" (P2)

Essa perspectiva aponta para um entendimento de que, embora a mediação seja necessária, ela deve permitir que os/as alunos/as também aprendam a dialogar e resolver conflitos com autonomia. Entretanto, em contraponto, respeitar os direitos fundamentais de cada aluno/a, sendo o/a professor/a um agente que possa garantir o respeito a esses direitos. Dessa forma, como discutido por Santos et al (2021), o desenvolvimento da autonomia entre os/as adolescentes, no que se refere à sua sexualidade, é um aspecto de fundamental importância para o seu desenvolvimento, em termos sociais e emocionais. A escola, nesse sentido, deve oferecer um espaço que combine o suporte do/a professor/a com a liberdade dos/as alunos/as para interagir, pautado sempre no respeito aos direitos de cada um/a.

A discussão sobre o papel dos/as professores/as na educação sexual evidencia uma série de tensões e dilemas enfrentados no cotidiano escolar. A visão de responsabilidade educativa e de mediação entre os/as alunos/as se alinha a uma perspectiva, conforme destacado por Paula (2016), que defende que o conhecimento deve ser construído com base na realidade dos/as educandos/as, respeitando sua capacidade de compreender e interpretar o mundo de forma crítica. No entanto, as falas dos/as professores/as também indicaram uma certa cautela que pode, em alguns contextos, limitar o alcance da educação sexual, devido ao medo de reações dos responsáveis ou à ausência de clareza nas diretrizes pedagógicas.

A abordagem multidimensional no âmbito da educação sexual, defendida tanto pelos/as professores/as entrevistados/as quanto na pesquisa bibliográfica realizada, ressalta a importância de uma educação sexual que vá além dos aspectos biológicos e inclua aspectos éticos, emocionais e sociais. Contudo, essa responsabilidade é também vista como desafiadora, uma vez que envolve um equilíbrio delicado entre o respeito às individualidades, o papel institucional da escola e as expectativas das famílias. Assim, a análise das falas dos/as professores/as entrevistados/as revelou que os/as mesmos/as compreendem seu papel na

educação sexual de forma ampla englobando tanto a responsabilidade de informar quanto a de promover um ambiente seguro (Paula, 2016)

Ao mesmo tempo, eles/as expressaram uma percepção crítica sobre os limites e desafios de suas atuações, sinalizando uma necessidade de maior apoio institucional e de formação continuada. Esse apoio é essencial para que os/as profissionais possam desempenhar seu papel de maneira mais efetiva e confiante, pois sem a devida capacitação, muitas vezes se sentem desamparados diante das demandas complexas que surgem no contexto escolar.

A psicologia escolar, conforme destacam Madureira (2013) e Martínez (2010), desempenha um papel crucial nesse processo, sendo fundamental que os/as profissionais da área estejam preparados para lidar com as múltiplas questões que envolvem o desenvolvimento psicossocial dos/as estudantes. A formação continuada, portanto, se configura como uma necessidade premente, não apenas para atualizar os conhecimentos, mas também para fortalecer a prática docente e psicopedagógica, garantindo que os/as professores/as possam integrar estratégias de intervenção eficazes e sensíveis às necessidades de cada aluno/a. Essas reflexões revelam a urgência de um olhar mais atento para a formação dos/as profissionais da educação e da psicologia escolar, criando condições para que eles/as possam lidar com os desafios do contexto educacional de maneira mais eficaz.

5.3 Complexidades e desafios da educação sexual nas instituições de ensino

Esta categoria analítica temática focaliza os principais obstáculos enfrentados pelos/as professores/as na implementação da educação sexual nas escolas, refletindo sobre os desafios estruturais, institucionais e culturais que dificultam a implementação de uma educação sexual em uma perspectiva ampliada. A partir das falas dos/as entrevistados/as, destacaram-se quatro temas essenciais: (a) a formação inadequada dos/as professores; (b) a necessidade de

suporte institucional para uma abordagem mais estruturada; (c) o silenciamento e o tabu que ainda envolvem o tema; e (d) as influências externas, como a sociedade em um sentido mais amplo e a mídia, que frequentemente distorce a percepção dos/as alunos/as sobre a sexualidade.

Um dos desafios centrais é a falta de formação específica dos/as professores/as para trabalhar temas relacionados à sexualidade. Os/as professores/as (P1), (P3) e (P2) destacam que o conhecimento necessário para desenvolver um trabalho de educação sexual de forma sensível e adequada não é suficiente na sua formação inicial ou continuada. Essa lacuna na formação leva a sentimentos de insegurança e, em alguns casos, a uma abordagem superficial ou inadequada de temas referentes à sexualidade, como expresso nos trechos a seguir:

“A gente ainda encontra muitos colegas de profissão, que são muito engessados em relação a algumas questões, que, ao invés de trazerem benefícios, trazem prejuízos. Às vezes, com a fala, às vezes com a falta de acolhimento, ou pela forma errada de abordar, sem a devida adequação para a faixa etária. Então, orientação e formação são coisas importantíssimas. Eu acho que isso é meio que a base para a gente conseguir andar um pouco melhor com esse tema” (P1).

“Na minha formação, participei, mas foi muito sutil. (...) dentro da faculdade, é bom, mas é um estilo muito básico, entendeu?” (P3).

“Então, para o professor dar conta disso, ele tem que ter formação continuada. E aí entraria dentro dessas formações algo voltado realmente para a educação sexual, para que eles possam lidar com situações que aconteçam em sala, com falas equivocadas, e assim vai” (P2).

Essas falas exemplificam as críticas de Ribeiro e Paulini (2023) sobre a falta de políticas institucionais voltadas à capacitação docente para a educação sexual. O despreparo dos/as professores/as compromete diretamente a qualidade das intervenções pedagógicas no que se refere a questões no campo da sexualidade, já que a falta de suporte pode levar a uma abordagem invasiva ou até ao silenciamento do tema no contexto escolar.

A literatura especializada aponta para a urgência de políticas públicas que integrem a educação sexual na formação dos/as professores/as, uma vez que essa questão demanda uma abordagem transversal e interdisciplinar, frequentemente ausente nas formações tradicionais. Como discutido por Madureira e Branco (2015), é essencial que a formação docente inclua a educação sexual de maneira estruturada, abrangendo não apenas a discussão de conhecimentos teóricos, mas também a discussão de estratégias pedagógicas que permitam lidar com a diversidade e as especificidades dos/as estudantes. Sem uma formação específica, os/as educadores/as se deparam com a necessidade de improvisar, o que pode resultar em uma educação fragmentada e, muitas vezes, ineficaz, prejudicando a qualidade do aprendizado sobre questões relativas à sexualidade.

A ausência de apoio institucional apropriado também foi reconhecida como um obstáculo considerável na implementação da educação sexual nas escolas. A falta de orientações precisas e políticas bem definidas faz com que muitos/as professores/as dependam de suas próprias ações para introduzir o assunto nas aulas (Silva et al., 2021). Quando as instituições de ensino não disponibilizam recursos didáticos ou programas específicos, o desafio de abordar temas relativos à sexualidade se torna solitário e sem consistência. Segundo Silva et al. (2021), a falta de um suporte institucional adequado é um dos principais obstáculos para a implementação da educação sexual. Sem esse apoio, os/as professores/as podem se sentir despreparados/as e inseguros/as, especialmente ao abordar um assunto visto como sensível pela sociedade.

Madureira e Branco (2015) ressaltam a necessidade de se construir uma cultura institucional que acolha a educação sexual, garantindo práticas pedagógicas que atendam às necessidades e dúvidas dos/as estudantes. A criação de uma estrutura institucional adequada permite que os/as educadores/as se sintam mais amparados/as ao tratar de questões sensíveis, e facilita o desenvolvimento de uma educação sexual que respeite os direitos e a diversidade

dos/as alunos/as. Outro obstáculo relatado pelos/as professores/as (P1) e (P2) é o tabu e o silenciamento que ainda cercam a sexualidade, tanto no contexto escolar quanto na sociedade em geral. Esse silêncio gera um desconforto nas interações entre educadores/as, pais e alunos/as, impedindo um diálogo aberto sobre questões referentes à sexualidade. Para muitos/as professores/as, o tabu é um dos principais fatores limitantes, criando um ambiente de resistência à discussão:

“As famílias, em primeiro lugar, porque falam em educação sexual, a família já pensa que vai falar sobre relação sexual, vai ensinar o meu filho a ter relação sexual e isso eu não admito. Então, a família está ali, na maioria das vezes é a primeira barreira, porque não se entende muito bem o que seria isso. Pelo menos a impressão que eu tenho, porque se entendesse não seria contra, seria a favor. (...) Quando a gente não tem a família do estudante caminhando para o mesmo lado que a gente está tentando caminhar, fica muito difícil, porque a gente tem um embate muito frequente em relação a isso” (P1).

“Como a família pensa, como a família leva essa questão sexual, né? Então, tem aquelas famílias que são mais... cabecinha fechada, que não falam disso de jeito nenhum, né? Se a escola toca no assunto, isso pode trazer um problema, porque às vezes até a religião entra no meio também, a minha religião não permite que você fale isso” (P2).

Esse silenciamento, enraizado em questões culturais e religiosas, é um tema recorrente na literatura. Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) argumentam que os tabus em torno da educação sexual refletem uma resistência social em discutir abertamente a sexualidade, especialmente quando há influências de crenças religiosas ou visões conservadoras sobre o corpo e as relações sexuais. Essa resistência cria um ambiente em que os diálogos sobre sexualidade são frequentemente vistos como inadequados ou imorais, dificultando o avanço de uma educação sexual mais inclusiva e acessível.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a promoção de práticas educativas que vão além das abordagens tradicionais e monológicas, proporcionando aos/às estudantes uma participação ativa no processo de desconstrução de preconceitos. Paula e Branco (2022)

argumentam que práticas dialógicas devem ser incorporadas, permitindo que os/as alunos/as se envolvam de forma crítica e reflexiva. Assim, em lugar de atuarem como meros/as receptores/as de informações em palestras ou aulas expositivas, é necessário que tenham acesso a espaços que incentivem a troca de ideias, o questionamento de valores estabelecidos e a negociação de diferentes perspectivas. Esses ambientes favorecem não apenas o diálogo, mas também a desconstrução de preconceitos enraizados.

A abordagem dialógica, conforme proposta por Paula e Branco (2022), destaca a importância de construir espaços escolares nos quais jovens possam ouvir diferentes opiniões a respeito, expressar suas próprias perspectivas e colaborar coletivamente na construção do conhecimento. Através dessas interações, os/as estudantes são incentivados/as a questionar e refletir sobre normas sociais relacionadas à sexualidade e gênero, promovendo uma visão mais inclusiva e plural, contribuindo para a desconstrução de preconceitos históricos e enraizados, particularmente aqueles que envolvem identidades sexuais e de gênero não hegemônicas.

Portanto, ao incorporar práticas dialógicas, a escola pode se tornar um ambiente propício à reflexão crítica sobre sexualidade, rompendo com tabus e permitindo a construção de uma educação sexual que considere as diversas realidades e necessidades dos/as alunos/as. Na pesquisa realizada, os/as educadores/as reconhecem a influência significativa da mídia e da sociedade na formação das percepções dos/as alunos/as sobre a sexualidade, destacando que a exposição precoce a conteúdos sexualizados e a imposição de padrões irreais podem distorcer a compreensão sobre o tema.

A reprodução cotidiana de estereótipos de gênero, muitas vezes exacerbados pela mídia, lamentavelmente, contribui para o fortalecimento de normas limitantes e sexistas, o que reforça a necessidade urgente de uma abordagem educacional que desafie esses estereótipos, promovendo uma visão mais saudável, inclusiva e respeitosa da sexualidade. De

acordo com Obando (2021), a educação sexual deve ser uma ferramenta crítica capaz de questionar e desconstruir esses padrões sexistas e idealizações de sexualidade propagadas pela mídia. O papel da escola, nesse sentido, é fundamental, não apenas para oferecer informações adequadas, mas também para atuar como mediadora no processo de desconstrução dos mitos em torno da sexualidade.

Madureira et al. (2021) reforçam que a abordagem de questões de gênero e sexualidade no contexto escolar precisa ser culturalmente contextualizada, levando em consideração as realidades locais e as vivências dos/as alunos/as. Essa abordagem crítica, contextualizada e reflexiva é essencial para que os/as estudantes possam desenvolver uma compreensão mais ampla e respeitosa sobre suas próprias identidades sexuais e as das outras pessoas. Portanto, a escola não deve ser apenas um espaço de transmissão de conhecimentos sobre sexualidade, mas um ambiente onde os/as alunos/as possam questionar e refletir sobre os modelos impostos pela sociedade e pela mídia, de forma mais específica. O desafio é proporcionar uma educação que ajude a romper com os estereótipos de gênero e a promover um entendimento mais saudável e plural sobre as diversas formas de vivência da sexualidade, respeitando as diferenças e fortalecendo o respeito mútuo.

“Com toda certeza. Principalmente um processo de sexualização precoce, né? E a gente vai vendo isso nitidamente, porque a mídia é um lugar, digamos assim, de propagação de muitas ideias, né? Então, o que tá na mídia, eu vou pegar e vou me espelhar. Então, a gente vê música, tanto é que a gente vê crianças da educação infantil, séries iniciais, cantando músicas completamente sexualizadas, porque tiveram acesso a aquilo (...) Uma sexualização muito precoce nas brincadeiras, nas falas, algo que já pensa num duplo sentido. Como assim, nessa idade, já com essa ideia de duplo sentido, mas, né, sexualizado ali? Como é que é isso?” (P1).

“Influencia. Influencia porque a banalização hoje em dia da sexualidade, do sexo, hoje tá muito complicada. E essa questão da sensualidade também, né?” (P2).

“Muito. Eu vou ter uma experiência própria com os meus sobrinhos. Em casa, eu fui muito oculto sobre o tema de sexualidade, certo? Mas eles pesquisam tudo na internet. Então, como eu sou uma tia não tão liberal, mas eu sou uma tia que eu escuto muito, eu não julgo tanto, eu escuto mais. Eles vêm conversar com a gente e

falam, tipo, eu vi isso, eu vi isso, eu vi isso. E tipo, a internet é uma facilitadora” (P3).

“E hoje... infelizmente... o acesso a esse tipo de material é muito fácil. Porque hoje todo jovem... toda criança tem um celular na mão. A maioria, não é? A maioria. Não vou falar de todos. Então... é algo que influencia bastante. Hoje, as músicas... a gente nem vai longe. Sim. Hoje, as músicas, elas descrevem um ato sexual. Então, eles são bombardeados. Bombardeados por esse tipo de conteúdo, né?” (P4).

A análise das falas dos/as professores/as revela que, apesar dos esforços individuais para superar os desafios, a falta de formação adequada, o suporte institucional limitado e os tabus culturais e familiares ainda representam obstáculos significativos na implementação da educação sexual nas escolas. A resistência social, muitas vezes alimentada por crenças conservadoras e influências externas como as mídias, incluindo as redes sociais, contribuem, lamentavelmente, para a persistência do silenciamento sobre a sexualidade no contexto escolar, criando um ambiente onde o debate sobre o tema é, frequentemente, evitado. Isso evidencia a urgência de políticas públicas educacionais e de uma formação docente que contemple, efetivamente, as questões de gênero e sexualidade, que possibilite uma abordagem mais crítica e abrangente da educação sexual, alinhada às necessidades, dúvidas e realidades dos/as estudantes.

Considerações Finais

O estudo destacou a educação sexual como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral dos/as estudantes, evidenciando a escola como um espaço privilegiado para a abordagem desse tema. Entretanto, a implementação de uma educação sexual abrangente permanece insuficiente no contexto escolar, o que revela lacunas tanto nas estratégias pedagógicas voltadas à capacitação docente quanto nos desafios associados a barreiras culturais, como, por exemplo, os preconceitos. É crucial que a educação sexual contemple as necessidades específicas dos/as alunos/as, ampliando sua compreensão sobre si mesmos/as e promovendo experiências saudáveis e responsáveis no campo da sexualidade, fundamentadas em princípios que respeitem suas singularidades.

O objetivo geral do estudo foi examinar os efeitos da educação sexual na formação dos/as alunos/as do ensino fundamental II, sob a perspectiva dos/as docentes. Sob esse enfoque, buscou-se identificar e compreender os desafios enfrentados pelos/as educadores/as ao tratar de temas relacionados à sexualidade no ambiente escolar. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, persistem entraves significativos para que a educação sexual seja plenamente reconhecida como um elemento central na formação dos indivíduos. De acordo com os relatos dos/as docentes participantes, é imprescindível fortalecer tanto a formação inicial quanto a continuada desses/as profissionais, garantindo que elas sejam permanentes, contextualizadas e adequadas às especificidades locais.

A pesquisa buscou compreender os impactos da educação sexual na formação integral dos/as estudantes, a partir da perspectiva de professores/as que atuam no Ensino Fundamental II. Nesse ponto, emerge uma reflexão sobre o uso do termo "impactos", considerando que os efeitos da educação sexual, embora perceptíveis nos relatos dos/as docentes, não foram diretamente analisados a partir da perspectiva dos/as estudantes. Nesse sentido, sugerimos

que pesquisas futuras, sobre a educação sexual no contexto escolar, sejam realizadas com estudantes do Ensino Fundamental II.

Este ponto ganha ainda mais importância na era tecnológica contemporânea, onde os/as alunos/as são expostos/as a uma enxurrada de informações sobre sexualidade, muitas vezes imprecisas ou distorcidas, principalmente nas mídias sociais. Esta inundação de informações pode complicar a criação de uma experiência sexual saudável e consciente, provocando desinformação e confusão. Neste contexto, as instituições de ensino devem se configurar como locais seguros e confiáveis, aptos para o desenvolvimento de discussões ancoradas em conhecimentos científicos que promovam o pensamento reflexivo e a autonomia.

Embora a temática seja relevante, o tratamento da sexualidade no contexto escolar ainda é limitado, principalmente por conta de fatores sociais, familiares e culturais que restringem sua inclusão. A falta de currículos apropriados e a insuficiência de apoio institucional para abordar o tema de maneira consistente e detalhada prejudicam o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, inclusivas e transversais, que deveriam permear todas as matérias escolares.

Outro aspecto relevante diz respeito à preparação e à escuta ativa do corpo docente e demais profissionais da educação que atuam nas instituições de ensino. É imperativo destacar a importância de uma escuta atenta, que promova o acolhimento adequado e forneça o suporte necessário aos/às estudantes. A ausência dessa escuta pode perpetuar práticas violentas e revitimizarem os/as alunos/as. Além disso, ressalta-se a necessidade de uma formação continuada adequada para os/as professores/as, mas também de uma formação inicial adequada, nos cursos de licenciatura, a fim de que os/as educadores/as estejam devidamente preparados/as para lidarem, de forma efetiva, com questões referentes à sexualidade.

Aponta-se, como direções para pesquisas futuras, a necessidade de revisar as propostas curriculares, as políticas públicas e os documentos normativos, de modo que a sexualidade seja abordada de maneira estruturada e contínua. Superar a escassez de conteúdos especializados exige uma abordagem pedagógica mais integrada e sensível às demandas contemporâneas da nossa sociedade. Ademais, é crucial examinar como as estratégias pedagógicas no âmbito da educação sexual podem ser ajustadas a diversos contextos socioeconômicos e culturais, com foco especial nas regiões mais vulneráveis com o foco especialmente voltado para os contextos de maior vulnerabilidade social.

Pesquisas futuras devem incluir análises de diversas realidades sociodemográficas e abranger diversos níveis educacionais, incluindo o ensino superior, especialmente os cursos de licenciatura, para assegurar que os/as futuros/as professores/as tenham uma formação consistente e variada sobre o assunto. Além disso, como já mencionado, sugerimos a realização de pesquisas futuras que focalizem as repercussões da educação sexual no ambiente escolar a partir da perspectiva de estudantes do Ensino Fundamental II.

Por fim, cabe mencionar que é igualmente crucial levar em conta as questões de gênero e os processos identitários a partir de uma abordagem culturalmente contextualizada, possibilitando uma perspectiva ainda mais reflexiva e inclusiva sobre a sexualidade. Em resumo, a educação sexual deve ser abordada com a seriedade e profundidade que o tema requer, proporcionando aos/às alunos/as um ambiente de aprendizado crítico que os habilite a vivenciar sua sexualidade de maneira prazerosa, autônoma e responsável.

Referências Bibliográficas

- Andrada, P. C., Dugnani, L. A. C., Petroni, A. P., & Souza, V. L. T. (2019). Atuação de Psicólogas(os) na escola: Enfrentando desafios na proposição de práticas críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39.
- Argenti, P. C., & Milani, D. R. C. (2017). Educação sexual e docência: as relações de gênero, a diversidade e a sexualidade dentro da escola. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(2), 212-223. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10901>. Acesso em: 2021-09-08.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bandeira, M. V. A., & DANTAS, O. M. A. D. N. A. (2021). Currículo em movimento: Trajetória e concepções. *Revista e-Curriculum*, 19(1), 390-404.
- Bertol, C. E., & Souza, M. D. (2010). Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. *Psicologia: ciência e profissão*, 30, 824-839.
- Branco, A. U. (2023). Educação ambiental crítica, psicologia cultural e valores socioambientais: um diálogo interdisciplinar. *Revista Transmutare*, 8.
- Brasil. Ministério da Educação. (2018b). *Novo Ensino Médio - perguntas e respostas*. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>
- Carrara, S., Heilborn, M., & Maria, L. (Orgs.). (2009). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM.
- Campos, T. G. (2017). As relações de gênero e sexualidade na escola: análise da temática no Distrito Federal, a partir do olhar do professor e dos estudantes.
- Carvalho, L. G. L., Jardim, M. C., & Guimarães, A. P. M. (2019). Educação sexual na

- perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. *Educationis*, 7(2), 19-29.
- Davim, R. M. B., Germano, R. M., Menezes, R. M. V., & Carlos, D. J. D. (2009). Adolescente/adolescência: Revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. *Revista Rene*, 10(2), 131–140.
- Dias, A. C., & Rodrigues, M. A. (2009). Adolescentes e sexualidade: Contribuição da educação, da família e do grupo de pares adolescentes no desenvolvimento da sexualidade. *Revista de Enfermagem Referência*, 2(10), 15-22.
- Distrito Federal, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. (2020). *Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Médio*. Brasília. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/>
- Distrito Federal, Secretaria de Estado de Educação do DF. (2014). *Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais* (2ª ed.). Brasília. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-e-m-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf
- Domingos, L. F., de Santana, C. M. L., & Zanatta, C. (2021). Adolescência e sexualidade. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, 2(7), e27538–e27538.
- Eisenstein, E. (2013). Desenvolvimento da sexualidade da geração digital. *Adolescência & Saúde*, 10(1), 61–71.
- Ferreira, E. V., & de Oliveira Silva, F. (2021). *Educação e saúde na escola: Abordagens pedagógicas da educação sexual nas escolas do ensino fundamental da rede pública da cidade do Recife, Pernambuco*. Editora Dialética.
- Furlani, J. (2003). Educação sexual: possibilidades didáticas. In G. L. Louro, J. F. Neckel &

- S. V. Goellner (Orgs.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (pp. 66-81). Editora Vozes.
- Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M.C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Gonçalves, R. C., Faleiro, J. H., & Malafaia, G. (2013). Educação sexual no contexto família e escolar: Impasses e desafios. *Holos*, 5, 251–263.
- Gusmão, N. M. M. (2003). *Os desafios da diversidade na escola*. In N. M. M. Gusmão (Org.), *Diversidade, cultura e educação* (p. 83-105). Editora Biruta.
- Junqueira, R. D. (2022). *A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder*. Editora LetrasLivres.
- LaCasa, P. (2004). Ambiente familiar e educação escolar: A interseção de dois cenários educacionais. In C. Coll, A. Marchesi, & J. Palacios (Orgs.), *Desenvolvimento psicológico e educação – Volume 2: Psicologia da Educação Escolar* (pp. 403–419). Editora Artmed.
- LIMA, E. B. (2012). Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. *VI Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade*, 6.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Editora Vozes.
- Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia escolar na contemporaneidade: Construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. Em E. Tunes (Org.), *O fio tenso que une a Psicologia à Educação* (pp. 55–73). Brasília: UniCEUB. https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/4409/4/Web%20O%20FI%20TENSO%20QUE%20UNE%20A%20PSICOLOGIA%20%C3%80%20EDUCA%C3%87%C3%83O_Elizabeth%20Tunes.pdf

- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: Questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63–75.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: Uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90–109). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2012b). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: Contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125–155). Editora Mediação.
- Madureira, A. F. A., Barreto, A. L. C. S., & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: Desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. *Desafios da educação para a psicologia*, 137–153.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577–591. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a05.pdf>
- Madureira, A. F. A., Holanda, J. M. G. B., Paula, L. D., & Fonseca, J. V. C. (2021). Gênero e sexualidade na escola: Processos identitários, diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural. *Psicologia & Cultura: Teoria, Pesquisa e Prática Profissional*, 202–237.
- Martínez, A. M. (2010). *O que pode fazer o psicólogo na escola? Em Aberto*, 83, 39-56. INEP-MEC.
- Martins, S. (2023). Neomalthusianismo e educação sexual na imprensa operária anarquista em São Paulo (1897-1935). *Anais do Seminário Internacional de História e*

Educação, 2, 04–06.

Mattos, E. C. D. A. (2024). Reestruturação do currículo, percurso docente e gestão escolar: o tripé da Educação Sexual.

Menin, A. F., & Pedro, J. M. (2021). Escola, tecnologias digitais e educação sexual: Uma análise do Brasil e países de língua portuguesa. *Revista Estudos Feministas*, 29(3), e76425.

Minayo, M. C. S. (2016a). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 9–28). Editora Vozes.

Miranda, A. R. B. (2021). Educação sexual e formação de professores: Uma revisão bibliográfica sistemática nas bases da Capes e IBICT entre 2000 e 2020. *Tese de Mestrado*, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Disponível em: [content](#)

Miranda, J. C., & do Couto Campos, I. (2022). Educação sexual nas escolas: Uma necessidade urgente. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 12(34), 108-126.

Moreira, A. F. B., & Câmara, M. J. (2013). Reflexões sobre currículo e identidade: Implicações para a prática pedagógica. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38–66). Editora Vozes.

Monteiro, S. A. de S., & Ribeiro, P. R. M. (2020). Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. *Pesquisa E Ensino*, 1, e202011.

Mukai, Y. A. (2023). *Formação para diversidade sexual: Um olhar para comunidade LGBTQIA+ na educação*.

Obando, J. M. (2021). Educação sexual: O papel da escola na prevenção da violência sexual contra as mulheres. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Mestrado em Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: [Centro Universitário de Brasília - UniCEUB: Educação sexual: o papel da escola na](#)

prevenção da violência sexual contra as mulheres

- Obando, J. M., & Madureira, A. F. A. (2023). A linha tênue entre maternidade e evasão escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, 1-8.
- Oliveira, R. S. de. (2020). *Metodologias ativas: 35 estratégias para inovar suas aulas de forma simples e criativa* (1ª ed.). Petrolina: Hotmart.
- Oliveira, V. A. T., & de Oliveira Barbosa, R. (2024). Educação sexual em debate: Conceitos, experiências e possibilidades. *Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, 6(1), 163-177.
- Paula, L. D. (2016). Gênero, sexualidade e diversidade na perspectiva de psicólogos/as escolares. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Paula, L. D., & Branco, A. U. (2022). Desconstrução de preconceitos na escola: o papel das práticas dialógicas. *Estudos de Psicologia*, 39 [Dossiê: Psicologia Cultural da Educação], 1-12. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4zytCzsLDNK7cwZwkTmfBLR/>.
- Pereira, V. O. M., Pinto, I. V., Mascarenhas, M. D. M., Shimizu, H. E., Ramalho, W. M., & Fagg, C. W. (2020). Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011–2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(Supl. 01), página inicial-final. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/ghZx3zYQMKzMFTSBX3fXMLR/?lang=pt>.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. D. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em estudo*, 12, 247-256.
- Ramos, L. R. (2021). A interseccionalidade na educação inclusiva: marcadores sociais da diferença.

- Ribeiro, R. B., da Costa Junior, V. M., & Paulini, F. (2023). A importância da formação dos professores em educação sexual para atender à demanda do novo ensino médio. *Revista Docência e Cibercultura*, 7(1), 1-22.
- Rodrigues, J. R. B., & Silva, J. M. M. da. (2020). Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise. *DOSSIÊ - Educação, democracia e diferença, Educ. rev.*, 36. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
- Santos, L. F. (2021). Estudo sobre a importância da educação sexual nas escolas como prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Agrárias e Biológicas, Curso de Ciências Biológicas.
- Siqueira, T. D. A., & Marques, N. R. D. P. C. (2024). ECA–Estatuto da Criança e do Adolescente. *BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, 44(38), 1-23.
- World Health Organization. (2018). WHO recommendations on adolescent sexual and reproductive health and rights. Disponível em: [9789241514606-eng.pdf](#)
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.

Anexos

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Educação Sexual a partir da perspectiva de professores/as do Ensino Fundamental II

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - CEUB
Pesquisadora responsável: Profa. A Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
Pesquisadora assistente: Ana Carolina Furtado Silva

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é analisar, a partir da perspectiva de professores/as que atuam no Ensino Fundamental II, os impactos da educação sexual na formação integral dos/as estudantes.
- Você está sendo convidado(a) a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista semiestruturada individual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual on-line. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada no formato on-line. De forma mais específica, a entrevista individual será realizada através da plataforma do Google Meet.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito à assistência (imediata, integral e sem ônus) ao(à) participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2).
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou poderá interromper sua participação a qualquer momento.

- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um(a) dos(as) pesquisadores(as) responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Ana Carolina Furtado Silva, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/CEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. O horário de atendimento do CEP-CEUB é de segunda a quinta: 09h às 12h30 e 14h30 às 18h30.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Ao expressar a sua concordância, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeito(a) com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os possíveis danos, entre em contato com a pesquisadora responsável e com a pesquisadora assistente pelo celular ou pelo e-mail apresentado a seguir.

Eu _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de 2024.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755, E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Ana Carolina Furtado Silva
Celular:(61) 981300396, E-mail: ana2019@sempreceub.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – CEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do CEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1201

Anexo B - Roteiro da Entrevista Individual Semiestruturada

1. Inicialmente, você poderia compartilhar um pouco sobre sua trajetória profissional?
2. Há quanto tempo que você atua como professor/a? Há quanto tempo você atua na escola que você trabalha atualmente? Há algo que você gostaria de compartilhar como interessante ou significativo na sua trajetória como professor/a?
3. Durante a sua formação, você participou de discussões sobre educação sexual, ou não? (Se sim, como foram essas discussões? Tais discussões influenciaram a sua prática profissional, ou não? Se sim, como?)
4. O que você entende por educação sexual?
5. Para você, o professor/a exerce um papel específico no contexto da educação sexual na escola, ou não? (Se sim, qual é esse papel?)
6. Na escola em que você atua como professor/a, existe um trabalho de educação sexual sendo desenvolvido, ou não? (Se sim, como este trabalho é desenvolvido?)
7. Existem professores/as que acreditam na importância de introduzir a educação sexual nas escolas desde cedo, enquanto outros/as discordam e consideram relevante abordar a educação sexual posteriormente, apenas no Ensino Médio. Qual é a sua opinião? Por quê?
8. Na sua opinião, a sociedade e a mídia, de forma mais específica, influenciam na visão dos/as adolescentes sobre sexualidade, ou não? (Se sim, como? Você poderia apresentar alguns exemplos?)
9. Você já lidou com questões referentes à educação sexual em sala de aula, ou não? (Se sim, de que forma lidou?)

10. Para você, qual o tipo de suporte que deveria ser oferecido pelas escolas de Ensino Fundamental II aos/às professores/as para o desenvolvimento de um trabalho de educação sexual?
11. Em sua opinião, quais são as possíveis repercussões da educação sexual no desenvolvimento dos/as alunos/as?
12. Você já se deparou com situações em sala de aula envolvendo perguntas ou comentários de alunos/as sobre sexualidade, ou não? (Se sim, como você lidou com essas situações? Como você se sentiu?)
13. Você já se deparou com situações em sala de aula em que um/a aluno/a foi alvo de piadas maldosas por parte dos/as colegas por ser ou por parecer homossexual, ou não? (Se sim, como você lidou com essas situações? Como você se sentiu?)
14. Quais são os principais desafios enfrentados pelos/as professores/as ao abordarem questões relacionadas à educação sexual em sala de aula? Você poderia apresentar alguns exemplos?
15. Você gostaria de acrescentar algo?

Anexo C - Parecer do CEP CEUB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Educação Sexual a partir da Perspectiva de Professores/as do Ensino Fundamental II

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 82834224.4.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.166.411

Apresentação do Projeto:

- TIPO DO ESTUDO: Qualitativo.

- DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES: Professores/as com pelo menos, dois anos de experiência no Ensino Fundamental II, atuantes no Distrito Federal, independentemente da rede de ensino (pública ou particular).

- NÚMERO PARTICIPANTE DAS PESQUISA: 4

- FORMA DE RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES: Conveniência.

- CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: A seleção destes/as participantes obedecerá a dois critérios específicos: (a) os/as participantes devem ter, pelo menos, dois anos de experiência profissional no Ensino Fundamental II e que estejam atualmente em atividade nessa etapa do ensino no âmbito da educação básica, independentemente da rede de ensino (pública ou particular); e (b) os/as participantes devem atuar como professores/as no Distrito Federal. A escolha de docentes que atuam no Ensino Fundamental II se justifica pela relevância da faixa etária dos/as alunos/as no que se refere à educação sexual (faixa etária que contempla a transição entre a infância e a adolescência)

Endereço: SEP7 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 7.166.411

- TIPO DE INSTITUIÇÃO/LOCAL ONDE SERÁ REALIZADO O ESTUDO: Internet / Google Meet.
- PROCEDIMENTOS QUE SERÃO REALIZADOS COM OS PARTICIPANTES: Entrevista semiestruturada.
- MÉTODO DE COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES: Google Meet.
- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: Roteiro de entrevista com 14 perguntas.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar, a partir da perspectiva de professores/as que atuam no Ensino Fundamental II, os impactos da educação sexual na formação integral dos/as estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa apresenta baixos riscos. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista virtual serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que os/as participantes respondam de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos/às participantes, os/as mesmos/as não precisam realizá-lo.

Benefícios:

Ao participar do estudo, os/as professores/as colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática investigada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Devido à natureza do estudo, considera-se a pesquisa com risco mínimo.
- Houve indicação correta das medidas protetivas para o risco apresentado.
- Orçamento: os gastos serão custeados pelo pesquisador.
- Cronograma:

A coleta de dados está prevista para iniciar-se em 10/10/2024.

O encerramento do projeto está previsto para 25/11/2024.

O pesquisador deve estar ciente que só poderá iniciar a coleta de dados após a aprovação do

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 7.166.411

projeto pelo comitê de ética.

- Instrumento de coleta de dados: o questionário apresentado está adequado em termos éticos.
- Contexto da realização da pesquisa: trata-se de um trabalho de conclusão de curso de graduação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Apresentou a Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada.
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado de forma adequada.

Recomendações:

Ao final da pesquisa, deverá ser enviado o Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende os requisitos éticos e a pesquisa está em condições de ser iniciada.

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;
- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 7.166.411

V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer homologado na 16ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB de 2024, em 20 de setembro do mesmo ano.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Carta_de_envio_de_pendencias_02_10_2024.pdf	02/10/2024 17:46:12	Marília de Queiroz Dias Jacome	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2406814.pdf	02/09/2024 11:31:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	_ProJeto_ANACAROLINA.pdf	02/09/2024 11:31:34	ANA CAROLINA FURTADO SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/09/2024 11:15:39	ANA CAROLINA FURTADO SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada.pdf	02/09/2024 11:12:19	ANA CAROLINA FURTADO SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASÍLIA, 17 de Outubro de 2024

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br